

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS DE LARANJEIRAS
DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA

VITÓRIA BISPO CARVALHO

**PROVOCAÇÕES MUSEOLÓGICAS:
LEITURAS DA EXPOSIÇÃO “MAFRO PELA VIDA, CONTRA O
GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA”- SALVADOR/BA (2015)**

Laranjeiras, SE

2016

VITÓRIA BISPO CARVALHO

**PROVOCAÇÕES MUSEOLÓGICAS:
LEITURAS DA EXPOSIÇÃO “MAFRO PELA VIDA, CONTRA O
GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA” - SALVADOR/BA (2015)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Museologia da
Universidade Federal de Sergipe como
requisito para obtenção do grau de Bacharel
em Museologia.

Orientador: Prof. Dr. Clovis Carvalho Britto

Laranjeiras, SE

2016



ATA DA SESSÃO DE APRESENTAÇÃO DA MONOGRAFIA

A Banca Examinadora, composta pelos professores Clovis Carvalho Britto, Neila Dourado Gonçalves Maciel, Sura Souza Carmo e Joana Angélica Flores Silva (UFRB), sob a presidência do primeiro, reuniu-se às 15:00h, no dia 18/10/2016, no Laboratório de Museologia do Campus de Laranjeiras Universidade Federal de Sergipe, para avaliar a monografia, sob o título: "Provocações Museológicas: Leituras da Exposição "Mafro Pela Vida, contra o Genocídio da Juventude Negra" - Salvador (2015).", apresentada pela discente Vitória Bispo Carvalho, do Curso de Museologia Bacharelado, matriculada na UFS sob o nº 201110044296. Dando início às atividades, a Presidente da Sessão passou a palavra ao discente para proceder a apresentação da monografia. A seguir, o mesmo leu o parecer enviado pela primeira Leitora Crítica Joana Angélica Flores Silva. Posteriormente, a segunda Leitora Crítica Prof. Neila Dourado Gonçalves Maciel fez comentários e arguiu a discente, que dispôs de igual período para responder o questionamento. O mesmo procedimento foi seguido com a terceira Leitora Crítica Sura Souza Carmo. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente da Banca Examinadora Clovis Carvalho Britto, agradeceu os comentários e sugestões dos membros da Banca. Encerrados os trabalhos, a Banca Examinadora solicitou que a discente e os ouvintes saíssem do recinto para atribuição da nota. Com base nos preceitos estabelecidos pelo Departamento de Museologia, que normatiza a elaboração e avaliação das monografias do Curso de Museologia Bacharelado, a Banca Examinadora decidiu APROVAR a discente com a média 9,0. Nada mais havendo a tratar, a Banca Examinadora elaborou essa Ata que será assinada pelos seus membros e, em seguida, pela discente avaliada.

Campus de Laranjeiras/UFS, 18 de outubro de 2016

Clovis Carvalho Britto

Prof. Orientador- Presidente

Neila Dourado Gonçalves Maciel

2º Leitor Crítico

Sura Souza Carmo

3º Leitor Crítico

Vitória Bispo Carvalho

Discente avaliado

AGRADECIMENTOS

Impossível seria percorrer este caminho sozinha, agradeço...

A minha família, meus exemplos, meu pai Alexandre pelos ensinamentos e companheirismo, minha mãe Ereni pela doçura e paciência. As minhas irmãs Cleuma e Andréia por todo carinho, as minhas sobrinhas Tracy e Mikaelly por serem a alegria da minha vida.

Ao meu orientador Prof. Dr. Clovis Britto pelo suporte, ensinamentos e incentivos.

A todos os professores da Museologia que orientaram minha formação.

As professoras que compuseram a banca Professora Dra. Neila Dourado Gonçalves Maciel, Professora Ms. Sura Souza Carmo e Museóloga Ms. Joana Angélica Flores Silva.

A professora Dra. Maria das Graças de Souza Teixeira, diretora do MAFRO, pela disponibilidade e atenção.

A professora Dra. Joseania Miranda Freitas pela disponibilização das fotografias da exposição.

Aos amigos que a universidade me permitiu conhecer e marcaram de maneira especial a vida.

Muito obrigada por compartilharem momentos, experiências e conhecimento.

RESISTO

De onde vem esse medo?
sou
sem mistério existo
busco gestos
de parecer
atando os feitos
que me contam
grito
de onde vem
esta vergonha
sobre mim?
Eu, mulher, negra,
RESISTO
(Alzira Rufino, 1988)

RESUMO

A pesquisa destaca as contribuições da Museologia para problematizar questões relacionadas aos direitos humanos. Partindo das referências da Museologia Social investiga o genocídio d@s jovens negr@s por meio de reflexões promovidas pela exposição “MAFRO pela vida, contra o genocídio da juventude negra” realizada no Museu Afro-Brasileiro da Universidade Federal da Bahia, em Salvador-BA. A prática de genocídio viola os direitos dos indivíduos de forma simbólica e física, a exemplo das chacinas da Candelária, no Rio de Janeiro, e do Cabula, em Salvador. No caso dos museus, geralmente, ocorre o silenciamento d@s negr@s ou sua representação de forma estereotipada ou exotificada. Consideramos que o museu é um espaço de resistência quando seu discurso é comprometido com a redução das injustiças e desigualdades sociais. Questões visualizadas na articulação entre Museologia, Direitos Humanos e Movimentos Sociais tendo como estudo de caso as cenas e os bastidores da exposição de curta duração promovida pelo MAFRO em 2015 que destacou a violência contra a juventude negra.

Palavras-chave: Museologia Social; Direitos Humanos; Direito à Memória; Genocídio Negro; Movimentos Sociais.

ABSTRACT

This research highlights the contributions of Museology to discuss issues related to Human Rights. We started from theoretical backgrounds of the Social Museology to investigate the young black genocide by the light of reflectance promoted by exhibition "MAFRO pela vida, contra o genocídio da juventude negra" held at the Universidade Federal da Bahia's (UFBA) Museo Afro-brasileiro [*Federal University of Bahia's, Afro-brazilian Museum*], in Salvador-BA. The practice of genocide violates the individual rights in physical and symbolic ways, for instance of the massacres in Candelaria, in Rio de Janeiro, and Cabula, in Salvador. In museological spaces can happen the silencing of blacks and their representation may be stereotypical or exotic. We consider museum as a space of resistance if his speech is committed to the reduction of social injustices and inequalities, issues viewed in conjunction among Museology, Human Rights and Social Movements, taking as a case study the scenes and behind the scenes of brief exposure promoted by MAFRO in 2015 which highlighted violence against black youth.

Keywords: Social Museology; Human Rights; Right to Memory; Black Genocide; Social Movements.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| Introdução..... | 09 |
| Capítulo 1- Museologia Social: práticas e direitos..... | 12 |
| 1.1 A construção e conceitos da Museologia Social..... | 13 |
| 1.2 Museologia, resistência e direitos humanos..... | 20 |
| 1.3 Outros casos a serem lembrados: Da Candelária ao Cabula..... | 28 |
| Capítulo 2- As armas do genocídio negr@..... | 31 |
| 2.1 Genocídios: do crime ao processo..... | 32 |
| 2.2 Genocídio institucionalizado e experiência de enfrentamento..... | 42 |
| Capítulo 3-Novos ares do fazer museológico..... | 52 |
| 3.1 Museu Afro-Brasileiro/UFBA..... | 53 |
| 3.2 Reflexão e esperança: a exposição do MAFRO e os caminhos contra o genocídio..... | 60 |
| Considerações finais..... | 73 |
| Referências..... | 75 |

INTRODUÇÃO

A Nova Museologia reconhecida após movimentos como a Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, e o Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM), em 1985, teve como influências as modificações sociais originárias naquele período e que conclamavam os profissionais dos museus a responderem a essas mudanças no campo teórico e prático. Dentro desse contexto se desdobra a Museologia Social, aqui como uma das vertentes dessas “Museologias indisciplinadas” (CHAGAS, GOUVEIA, 2014), com práticas voltadas para a inclusão social, valorização da diferença e combate a todas as formas de desigualdades.

Diante da vontade de trabalhar com o tema Museologia Social, visando discutir suas práticas, é que surgiu este trabalho. Uma das dificuldades foi a escassez dessas práticas, foi então sugerido pelo meu orientador, abordar o tema do genocídio negro presente na exposição de curta duração “MAFRO pela vida, contra o Genocídio da juventude Negra” realizada pelo Museu Afro Brasileiro da Universidade Federal da Bahia (MAFRO/UFBA) em 2015.

Portanto, este trabalho tem por intuito analisar como as práticas da Museologia Social atuam rente à violação dos direitos humanos e na luta contra o genocídio. Pretende também abordar as formas de genocídio que atingem @s negr@s¹ e os discursos dos museus frente a esse problema, visualizando também experiências de construção conjunta dentro das ações museológicas a partir de relações com os movimentos sociais.

Busca-se contribuir para as discussões sobre a Museologia Social apresentando práticas que são desenvolvidas em torno da temática dos direitos humanos. Diversas são as possibilidades de discussões sobre a Museologia Social, Direitos Humanos e questões raciais, estas serão abordadas neste trabalho. Foi feito um recorte sobre o genocídio negro, por permitir ampliar as visões e possibilidades de atuação no campo da Museologia, vislumbrando como o museu pode despertar questionamentos em seus visitantes atendendo as demandas sociais e agindo em prol do combate à violência. Portanto é importante também salientar as ações desenvolvidas nas instituições e de que forma isso as torna parte dessas novas práticas, tendo o museu como espaço de debate, transformação e resistência.

Como a exposição foi de curta duração no ano de 2015 - não está mais no circuito expositivo do museu - não foi possível realizar a observação *in loco*. Portanto, foram feitas

¹ Optou-se por trabalhar com @ para referir-se as negras e negros, a não ser quando trabalhado com autores que tratam de gêneros específicos.

pesquisas em mídias sobre textos e a análise das fotos da exposição, gentilmente disponibilizadas pela professora Dra. Joseania Miranda Freitas. Realizou-se uma entrevista com a museóloga Maria das Graças de Souza Teixeira, diretora do MAFRO e curadora da exposição, com o intuito de coletar dados sobre a concepção, a montagem e as ações que ocorreram durante a exposição. Também como metodologia foi utilizado a pesquisa bibliográfica a fim de levantar fontes referentes aos temas a serem abordados, são estes, Museologia Social, Movimentos Sociais, Direitos Humanos, Genocídio e Questões Raciais.

Dialogou-se com a Museologia Social a partir dos autores Judite Primo (1999), Mário Chagas (2015) e Mário Moutinho (2014) ao tratar do processo de mudanças sociais que ocorreram nas décadas de 1960 e 70. Maria Célia Texeira Santos (2002) também analisa essas mudanças no Brasil. Mário Chagas (2015), ainda trata como essa nova concepção influenciou mudanças na relação do espaço dos museus, seu público e finalidades.

Trabalhamos com Pedro Leite (2013), que realiza uma intersecção da Museologia com os direitos humanos, tratando das construções de narrativas por parte dessas instituições. Dialogando com o tema, Kátia Neves (2011) apresenta instituições cuja temática é a violação dos direitos humanos e estratégias de resistência. Também trabalhando com a relação memória e direitos, Ivo Canabarro (2012) analisa o tratamento da memória coletiva auxilia ou silencia os direitos de um grupo. Estes direitos podem se relacionar também com as categorias de direitos culturais abordados por Bernardo Mata-Machado (2007).

Verifica-se que outras violações dos direitos humanos ainda são executadas. Trabalhou-se com a categoria de genocídio que foi definido como crime na Convenção de 1948. Foi abordada também a definição trazida por Geraldo Miniuci (2010) que o descreve como um processo além do crime, também diz respeito à intenção. Esta forma de genocídio atinge tanto de forma física como as relações sociais e simbólicas de diversos grupos.

Tratando-se de outras formas de genocídio, é discutido qual o discurso do museu, frente a esse extermínio, em específico contra @s negr@s. Myrian Sepúlveda dos Santos (2005) analisa diversas formas na (não) presença dos negros nos museus que ocorre no silenciamento e na representação exotificada. Da mesma forma, Joana Angélica Flores Silva (2015) levanta outra problemática que é a representação das mulheres negras nessas instituições a partir de um discurso descontextualizado, sendo apontada a necessidade de mudanças nos discursos e práticas dessas instituições.

Desse modo, cabe refletir sobre o combate a esse silenciamento e as formas estereotipadas de representação d@s negr@s. Algumas instituições têm quebrado esse paradigma. Lisandra Machado e Maria Zubarán (2013) apresentam o Museu do Percurso

Negro localizado em Porto Alegre; Elizabeth Gama (2014) aborda o Museu Afro-Brasil em São Paulo; e Marcelo Cunha (2006), trata da formação e de algumas práticas do MAFRO/UFBA, assim como Graça Teixeira e Lucival Santos (2015) que abordam o processo de concepção e realização da exposição “MAFRO pela vida, contra o genocídio da juventude negra”, que tratamos nesta pesquisa.

Este trabalho está dividido em três capítulos. Primeiramente, partindo dos princípios da Museologia Social, relacionando com a prática com os direitos humanos. Os direitos básicos de cada pessoa são instituídos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, são eles civis, culturais, econômicos, sociais, políticos. No Brasil, esses direitos constam na Constituição de 1988, redigida após o período da ditadura. Tratou-se também sobre o direito a memória e de que modo os museus como espaços de memória e resistência podem assegurar ou violar esse direito.

Ainda se verificam ações que violentam direitos, tanto o direito à memória como os que atingem fisicamente os indivíduos. No segundo capítulo foi abordado o genocídio, definido como ataque a um determinado grupo motivado por questões religiosas, étnicas, de nacionalidades ou raciais. Entendendo que este pode ocorrer de diversas formas e, aqui, houve um recorte para análise do extermínio da população negra.

A partir das perspectivas da Museologia Social, instituições têm rompido com narrativas de silenciamento. No último capítulo tratou-se o exemplo das ações de exposição temporária do Museu Afro Brasileiro da Universidade Federal da Bahia (MAFRO/UFBA). Uma dessas ações foi a exposição temporária “MAFRO pela vida, contra o genocídio da juventude negra” realizada em 2015. A exposição contou com a participação de dois movimentos sociais “Anistia Internacional” e “Reaja ou será mort@” e constituiu em profícuo estudo de caso para realizar diversas provocações museológicas.

1. MUSEOLOGIA SOCIAL: PRÁTICAS E DIREITOS

“Enquanto lembramos tudo é possível”.
(Elie Wiesel)

“Lembrar é resistir”.²

A frase citada acima do escritor judeu Elie Wiesel assim como “lembrar é resistir” são mensagens presentes no Memorial da Resistência de São Paulo que levam a reflexão sobre o poder dos espaços de memória nas lutas pelos direitos dos indivíduos. Direccionam para um pensamento onde o museu deixa de ser o espaço apenas para contemplação e se transforma em espaço de questionamento.

A necessidade de se discutir esse e outros problemas sociais trouxeram para os museus influências de novas formas de pensar e fazer a Museologia. Firmado a partir da criação do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM) em 1985, este novo conceito vem gerando diversas discussões, no sentido de fortalecê-la. Um dos motivos é sua característica social no intuito de buscar interagir de forma ativa com a sociedade através do trabalho em conjunto abarcando diversas vozes e combatendo as desigualdades, por isso também é denominada Museologia Social.

Neste primeiro capítulo serão discutidas as definições de Museologia Social sendo importante também salientar ações desenvolvidas e de que forma configuram esta Museologia. Para tanto, houve um recorte sobre a relação dos espaços museais e os direitos humanos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um dos principais documentos internacionais de reconhecimento dos direitos básicos dos indivíduos. No entanto, sua aplicação é questionada no sentido da efetividade. Um dos conjuntos de direitos dos indivíduos é o da cultura que visam acesso e produção cultural e a proteção das minorias. Qual o papel do museu nesse contexto? A Museologia Social pode levar a questionar essa participação das instituições museais diante, por exemplo, das violações dos direitos humanos a partir de práticas desenvolvidas pelos profissionais dos museus e pela comunidade.

²Titulo da peça escrita para ser encenada no prédio do antigo Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops/SP), onde hoje se encontra o Memorial da Resistência no Estado de São Paulo.

1.1 A construção e conceitos da Museologia Social

O museu enquanto um espaço transdisciplinar consegue dialogar com diferentes temas e deve principalmente realizar trocas com diversos meios a fim de atender necessidades e auxiliar a desenvolver soluções para além da pesquisa, salvaguarda e comunicação visto que “o discurso museológico deve ser discutido e não contemplativo” (ALMEIDA, 1996, p. 104). Assim sendo, o museu se torna um espaço para reflexão.

As mudanças são influenciadas e direcionadas por seus contextos. Desse modo, Mário Chagas, em entrevista para o programa “Arte & Cultura: Museologia Social”³, apresenta a trajetória da Museologia Social abordando a conjuntura de sua origem, em meio ao fim da 2ª Guerra Mundial, sob influência dos movimentos sociais (feminista, negro, dentre outros) dos anos de 1960, que consideravam os museus como dinossauros e que “não tinham contato com a sociedade”, essas críticas auxiliaram no fomento desses novos pensamentos. Ainda sobre esse contexto “foram marcados pelo movimento artístico-cultural, que destaca o novo, com a participação da juventude, na recusa aos modelos estabelecidos, prepara o terreno, lança as sementes” (SANTOS, 2002, p.89).

Chagas trabalha algumas mudanças que ocorreram com relação ao local, público e objeto do museu, visto que a “ideia de museus foi alterada, houve uma expansão do conceito”⁴ e, como também aponta o autor, os museus contemporâneos já não desejam a eternidade como os museus do século XVIII, eles aceitam a transitoriedade e podem morrer.

Portanto, Chagas aponta que a concepção tradicional abrange o local do museu como o edifício físico, a coleção diz respeito aos objetos e possui um público específico, a partir dos anos 60 e 70 então as ideias passam de edifício para território, as coleções são entendidas como patrimônios (material, imaterial e natural) e quem frequenta são grupos de interesses e a comunidade local. Já as transformações contemporâneas problematizam a ideia de território, destacando redes de territórios/territorialidade assim como redes sociais em conexão trabalhando com uma coleção que é formada por temas que dizem respeito aos problemas da comunidade, se molda a atender essas demandas⁵.

Essas percepções criam o cenário das transformações que de certa forma geraram conflitos⁶. A Nova Museologia passou a ter seu conceito popularizado de uma forma

³Trechos da entrevista retirado do programa Arte & cultura: Museologia Social, 2015. Disponível em: http://youtube.br/HQD_Yc6uZuo Acesso em: 29 ago. 2016.

⁴ *Idem.*

⁵ *Idem.*

⁶ “A primeira década após a Declaração de Quebec foi marcada por uma disputa acirrada entre os apoiadores da nova museologia e os defensores da museologia tradicional” (CHAGAS; GOUVEIA, 2014, p.13).

tecnicista, diferente da proposta inicial, já “nos anos de 1990 a denominada Nova Museologia passou por uma inflexão conceitual e prática, ainda que não haja consenso sobre os rumos e as orientações dessa inflexão” (CHAGAS; GOUVEIA, 2014, p.13). Os autores apresentam então dois encontros que teriam contribuído para essa mudança dentro da Nova Museologia, que foi a Declaração de Caracas em 1992 e o I Encontro Internacional de Ecomuseus, realizado no mesmo ano, no Rio de Janeiro.

Pode-se observar esse pensamento também a partir de outros documentos, em que: “aparece um traço de continuidade que indica claramente o alargamento das funções tradicionais da museologia” (MOUTINHO, 2014, p.424). Nesse aspecto, Judite Primo (1999) analisa cinco principais documentos destacando que foram elaborados no Continente Americano e o modo como influenciaram na concepção contemporânea de Museologia:

- Seminário Regional da UNESCO, Rio de Janeiro, 1958- a autora destaca desse encontro a discussão sobre o museu como espaço de aprendizagem, no que diz respeito à educação formal e a busca por uma forma de comunicação eficiente;
- Mesa Redonda de Santiago do Chile, 1972- nesta conferência é discutida uma nova ideia, a do Museu Integral. Primo aborda que a instituição é entendida como “instrumento de mudança social”⁷, ao se pensar a comunidade e sua relação com “o meio, o material e cultural”. Segundo a autora Judite Primo foi o documento mais influente para os novos pensamentos e práticas: “começa-se a delinear, em Santiago, talvez de forma não intencional, o que, no nosso entender, é o marco mais significativo da evolução do processo museológico na contemporaneidade;
- I Atelier Internacional da Nova Museologia na cidade de Quebec no Canadá, 1984- uma das principais pautas desse encontro foi o reconhecimento de novas práticas da Museologia, tratando-se de um novo pensamento museológico, mais crítico;
- Reunião de Oaxtepec ocorrida no México em 1984- Segundo Primo (1999), neste encontro se discutiu principalmente a participação ativa da comunidade, a fim de fortalecer a relação “território-patrimônio-comunidade”. Sugere também que o museu assuma um papel na capacitação da comunidade a fim de auxiliar no desenvolvimento desta;
- Reunião de Caracas na Venezuela em 1992- Nesta edição tratou-se do museu sendo um “gestor social” a favor da comunidade onde se insere desenvolvendo um trabalho em conjunto.

⁷ A autora aborda também que o Museu Integral é um “instrumento para o desenvolvimento e enquanto acção. Passando assim a trabalhar com a perspectiva de património global”(PRIMO, 1999, p.6).

Perceberam-se deste modo, algumas discussões sobre termos e funções do museu. Primo (1999) ainda expõe que, apesar dos temas parecerem obsoletos, como é o caso do Seminário Regional da UNESCO (1958), “o Seminário foi importante na medida em que levantou problemas que posteriormente levariam a transformação do museu em agente de desenvolvimento” (p.19). Deve-se levar em consideração o contexto em que foram escritos e a contribuição que fizeram para a quebra de um paradigma referente aos trabalhos e funções dos museus.

Notam-se também alterações nos conceitos, por exemplo, o “museu integral” é tratado no encontro de 1972, como instituição e agente idealizador e promotor da conscientização da comunidade sobre o patrimônio. Já no documento de 1992, o conceito muda de integral para integrado, fazendo referência a instituição como parte da comunidade e desenvolvendo atividades em parceria. Esses apontamentos demonstram que a Nova Museologia é uma construção em resposta as necessidades do campo e não surgiu inesperadamente, se configura como um processo.

Outro legado desses encontros foi com relação à Declaração de Quebec (1984) que reconheceu um novo movimento na área que seria oficializado no II Encontro Internacional, Nova Museologia/ Museus Locais, Movimento da Nova Museologia, MINOM, em Portugal, no ano de 1985. Trata-se de “um espaço propício para o intercâmbio e o desenvolvimento de teorias e reflexões inovadoras no campo da Museologia Social” (ASSUNÇÃO; CHAGAS; GILAS, 2014, p. 430). Criado em Portugal, mediante as mudanças sociais e culturais, houve a necessidade de reunir esses novos debates no campo da Museologia. Uma das principais mudanças consistiu na compreensão do “museu como um dispositivo estratégico para a defesa da dignidade social, da cidadania e do direito à criatividade e à memória” (ASSUNÇÃO; CHAGAS; GILAS, 2014, p. 430) e adotando o caráter de tratar sobre pessoas e não apenas de objetos. Para tanto, realiza conferências para fomentar as discussões e a última foi neste ano de 2016, na Amazônia, Brasil⁸.

No mesmo aspecto, sobre os documentos e mudanças a nível internacional Maria Célia Santos (2002) faz um recorte para analisar a situação do Brasil durante essas mudanças, apontando que “os museus estão presentes no processo de controle por meio de comissões,

⁸ Esta conferência gerou o documento “Massiva de Nazaré- memória acesa”, onde foi apontado o repúdio as práticas contra democracia e direitos humanos considerando que “a memória acesa constitui uma forma deliberada de (r)existência, isto é, de luta contra o apagamento dos modos de vida” (p.1). Sendo colocado pelos integrantes do MINON como compromisso: “Lutar contra a criminalização dos movimentos sociais e contribuir com ações museológicas concretas para a defesa dos direitos humanos e da natureza” (p.1). Aponta a crescente violência contra grupos minoritários e a dificuldade da apropriação do patrimônio, visto que este ainda carrega um caráter patriarcal.

conselhos” (p.100). Abordando também que os museus criados nas décadas de 60-80 ainda visavam enaltecer as histórias de heróis. As tentativas de mudar as políticas nos museus começaram a ser discutidas na reunião de representantes de museus e secretarias em Recife (1975) e em Salvador e Brasília (1976), sobre o conhecimento dos documentos a autora discorre:

Nesse contexto, era natural que o documento de Santiago e as iniciativas do Movimento da Nova Museologia permanecessem desconhecidos [...]No Curso de Museologia da UFBA, somente dez anos depois, ou seja, nos anos 80, é que tivemos acesso ao documento da mesa-redonda do Chile. [...] Compreende-se, entretanto, que as dificuldades geradas pelos sistemas autoritários e paternalistas, implantados na América Latina, dificultam e podam a iniciativa comunitária. (SANTOS, 2002, p.100-101)

Ainda que houvesse essa movimentação social com reflexos nas teorias museológicas, Maria Célia Santos (2002) observa que “os profissionais que desenvolviam ações museológicas comprometidas com o desenvolvimento social e com a participação encontram resistências no sentido de que seus projetos fossem reconhecidos” (p.97). De certo modo visualiza-se essa resistência para se colocar em prática as discussões sobre a Museologia Social.

Observa-se a utilização das nomenclaturas Nova Museologia⁹, Museologia Social¹⁰ e Sociomuseologia¹¹. Como mencionado anteriormente, a Nova Museologia designou uma mudança de paradigma da área museológica. Segundo os autores Chagas e Gouveia (2014), a expressão “Nova Museologia” perdeu forças devido a tentativa de normatização o que “contribuiu para o fortalecimento e a ascensão, especialmente após os anos de 1990, da denominada museologia social ou sociomuseologia” (p.16). A expressão Museologia Social vem como afirmação dessa nova concepção de museu que parte de uma comunidade com a qual realiza trocas em prol da emancipação e do empoderamento dos indivíduos e, consequentemente, do combate as diversas formas de desigualdade.

⁹Primo (1999) aborda que na nova museologia “o museu passa a ser considerado espaço de comunicação e trocas de saberes. Por esta razão, a instituição Museu é valorizada não só pelo seu patrimônio edificado e suas coleções, mas também, e, sobretudo, pela sua representatividade perante a comunidade na qual se insere”. (p.35)

¹⁰“Museologia Social comprometida com as transformações sociais, assume compromissos com a sociedade onde aquele museu está inserido” (trecho entrevista de Mário Chagas, para o programa “Arte & Cultura: Museologia Social” 2015)

¹¹“A Sociomuseologia constitui-se, assim, como uma área disciplinar de ensino, investigação e atuação que privilegia a articulação da museologia, em particular, com as áreas do conhecimento das Ciências Humanas, dos Estudos do Desenvolvimento, da Ciência de Serviços e do Planejamento do Território”. (MOUTINHO, 2014, p.423)

Mário Moutinho (2014) concebe a Sociomuseologia, como área disciplinar, evidenciando a relação do museu com a economia “museologia e os museus (no seio da economia dos serviços culturais) ocupam cada vez mais um lugar de destaque na economia dos serviços em geral” (p.425). Não será abordada essa aplicação no nosso contexto, será trabalhado deste modo, com o termo Museologia Social.

Esse novo fazer museológico se molda a diferentes necessidades, de uma sociedade participativa e não apenas contemplativa, sendo também uma resposta ao “esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea” (p.423). Ainda sobre essa ótica do pós-modernismo “não é o desejo de eternidade o que move esses museus, eles se assumem como transitórios, são resultado de uma museologia da transitoriedade” (ASSUNÇÃO, CHAGAS, GILAS, 2014, p. 430). Mário Moutinho (2014) ainda aponta a potencialidade da Museologia na relação com a sociedade, auxiliando seu desenvolvimento em diferentes áreas, destacando a sustentabilidade.

Visto que os museus se moldam à realidade da comunidade, não existirão dois museus comunitários iguais, por isso não é possível desenvolver uma técnica exclusiva, mas deve-se ter em vista uma “diversidade de projetos e de possibilidades de se trabalhar com o patrimônio cultural, visando ao desenvolvimento social” (SANTOS, 2002, p.117). Podem-se desenvolver práticas com objetivos e meios em comum, tendo em vista que o museu “é um instrumento cultural a serviço da população [...] os membros da comunidade são os principais responsáveis pela organização e gestão do museu, e que esse processo reflete a identidade da comunidade” (p.111). A autora Santos (2002) ainda destaca alguns princípios que os projetos da nova museologia têm em comum, são de “educação transformadora, “pesquisa/ação” ou “ação/pesquisa” são ações que buscam além da pesquisa, elas propõem soluções para os problemas encontrados na sociedade.

Assunção, Chagas e Gilas (2014) abordam uma discussão presente na área relacionada à diferenciação entre as práticas museais, apesar de ambas serem importantes e tratarem de (na) sociedade. No entanto, a Museologia Social se diferencia, visto que, “é uma práxis de combate às práticas preconceituosas, racistas, moralistas, autoritárias, aristocráticas, hierarquizantes, homofóbicas e xenofóbicas assumidas por determinados museus e orientações museológicas” (p. 433). Apontar essa diferença é fundamental para que a Museologia Social não seja considerada desnecessária¹².

¹²“Dizer que toda museologia é social é uma tentativa de banalizar o sentido do adjetivo social; de retirar dos museus e da museologia sua dimensão histórica e, portanto, política” (CHAGAS; GOUVEIA, 2014, p.16)

Coloca-se, portanto que todas as atividades desenvolvidas pela Museologia tanto técnica como social são fundamentais entendendo que o campo tem se ampliado e “a visão restritiva da museologia como técnica de trabalho orientada para as coleções, tem dado lugar a um novo entender e práticas museológicas orientadas para o desenvolvimento da humanidade” (MOUTINHO, 2014, p.426). Sendo possível atrelar as práticas, pois, não são controvérsias e sim conjuntas, a “classificação *Nova Museologia* não pode ser evolucionista, pois a realidade social é multidimensional. A prática da Nova Museologia é humana e, conseqüentemente, não pode ser dissociada de experiências passadas e embrionárias” (SANTOS, 2002, p.89)¹³. O trabalho pode ser desenvolvido utilizando os dois meios a partir do momento em que se estabelece um objetivo em comum:

exercite a escuta compreensiva, sem perder a potência crítica e libertária. Por esse caminho, será possível reconhecer, respeitar e valorizar ‘as diferenças de ritmos, atitudes, tempos, materialidades, territorialidades e linguagens que favoreçam os movimentos sociais’ e também a ‘criação de estratégias libertárias diante das diferentes formas de opressão’. (ASSUNÇÃO; CHAGAS; GILAS, 2014, p. 433)

Para a realização dessas práticas é necessário o envolvimento de todos “em destaque a compreensão de que a Museologia Social consiste num exercício político que pode ser assumido por qualquer museu, independentemente de sua tipologia”. (Declaração MINOM Rio, 2013 *apud* ASSUNÇÃO; CHAGAS; GILAS, 2014, p.433). A partir do envolvimento ativo da comunidade, o formato de gestão também deve seguir uma ordem participativa e não vertical:

O museu é uma ferramenta de trabalho [...], que necessita uma técnica, não basta democratizar o acesso ao museu estabelecido, é fundamental democratizar a ferramenta museal, democratizar o museu como um meio de produção de conteúdo [...] para as pessoas terem a possibilidade de criarem museu nos termos que quiserem criar os museus(trecho retirado da entrevista do autor Mário Chagas para o programa ‘Arte & Cultura: Museologia Social’2015)

Essa nova concepção demanda uma nova visão sobre o patrimônio, o desenvolvimento de formas de se trabalhar com esses novos objetos, deve levar em consideração a inovação do seu conceito, onde “tangibilidade, raridade e mobilidade passam a ser questionáveis. A herança cultural transcende o materialismo que caracterizava a política de aquisição”

¹³De acordo com Judite Primo (1999), “não se pode falar na existência de duas Museologias, pois o que na verdade ocorre são duas formas diferentes de se actuar [...] uma dessas formas é aquela que se preocupa basicamente com questões administrativas, documentais e preservacionistas do objecto; a outra forma de actuação está mais voltada para as necessidades e anseios sociais” (p.24).

(PRIMO, 1999, p.30). Esses objetos devem ser compreendidos em suas diversas histórias e ser aceito o conflito que isso pode gerar “trata-se de não cristalizar um objecto num contexto, mas fazê-lo ‘circular’ pelos vários ambientes possíveis, admitindo que toda a ‘contextualização’ é precária, pois a distância temporal não pode ser esquecida” (ALMEIDA, 1996, p. 107). Assim como tratado anteriormente, essa prática não implica necessariamente que seja restrita aos novos museus. Sendo também necessário apontar que os novos museus não são sinônimos de práticas visando o social:

Apesar de parte dos profissionais da museologia contemporânea tentarem através da actuação e militância, aplicar o binómio de integração: comunidade/museu, uma visão tradicional ainda sobrevive contrapondo-se as mudanças de percepção do mundo e, nesta visão onde o social ainda não é privilegiado, questões como bem cultural e cidadania ainda são entendidos de forma elitista e excludente.(PRIMO, 1999, p.30)

A respeito das primeiras experiências de Museologia Social a nível internacional, o autor Mário Chagas (2015)¹⁴ apresenta dois casos na década de 1950 que visavam o museu a serviço da sociedade: o Museu Nacional de Niamey, localizado na Nigéria promovia diversas atividades, baseadas no folclore local e na conexão com a comunidade; e o Museu do bairro de Anacostia, pertencente a Smithsonian nos Estados Unidos, que ficou conhecido pela exposição sobre o rato a partir de uma infestação. Este museu ainda foi apresentado pelo seu diretor John Kinard, na conferência da UNESCO no Rio em 1958 serviu de referência para:

Um novo modelo de museu, denominado ‘*neighbourhoodmuseum*’ que tem como objetivo a construção e análise da história das comunidades, contribuindo para a identificação da sua identidade, colaborando para que os cidadãos se orgulhem da sua identidade cultural, utilizando as técnicas museológicas para solucionar problemas sociais e urbanos. (SANTOS, 2002, p.94)

Tratando dos antecedentes nacionais, Chagas¹⁵ apresenta o Museu do Índio e o Museu Nise da Silveira (Museu de Imagens do Inconsciente) ambos no Rio de Janeiro, iniciativas que abordam diferentes temas de forma a atender diversos grupos. Neste momento vêem-se iniciativas de diferentes estados do Brasil.

Tendo definido que a Museologia Social é “a diferença entre uma museologia de ancoragem conservadora, burguesa, neoliberal, capitalista e uma museologia de perspectiva libertária” (CHAGAS; GOUVEIA, 2014, p.17), dentro dela visualiza-se diversos debates. Um dos objetivos é tratar uma das discussões sobre a relação e atuação da Museologia Social no

¹⁴Programa Arte & cultura: Museologia Social, 2015. Disponível em: http://youtube.br/HQD_Yc6uZuo Acesso em: 29 ago. 2016.

¹⁵*Idem*

campo dos direitos humanos e genocídio. Como exemplo, temos o Memorial da Resistência em São Paulo, que mantém viva a história de pessoas que sofreram as violações da ditadura.

1.2 Museologia, resistência e direitos humanos

“Nesta perspectiva o museu deixa de ser considerado um fim, para passar a ser um meio, em que existe uma interação profunda entre ele e o mundo em transformação. O museu é, pois um instrumento cultural ao serviço da população”.
(ALMEIDA, 1996, p. 102)

O reconhecimento internacional dos direitos veio com a Declaração Universal dos Direitos Humanos criada em 1948 pela Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, e resulta de medidas para tornar direitos básicos direitos de todos. Esses esforços com relação aos direitos universais têm como contexto o final da Segunda Guerra Mundial “após as grandes catástrofes da primeira metade do Século, no momento em que se avaliava o quanto se havia regredido no campo dos direitos do homem” (GREGORI, 1998, p.23). Foi um período de grandes mudanças e reflexões sobre as condições dos indivíduos e seus direitos, bem como a relação dos patrimônios. Os artigos da declaração versaram sobre direitos civis, culturais, econômicos, sociais, políticos e, recentemente, como aponta Mata-Machado (2007), os direitos difusos ou transindividuais¹⁶.

Levando-se em consideração as circunstâncias da elaboração da Declaração, questionam-se seus alcances. Brandão (1998) promove alguns questionamentos, a exemplo da participação dos países visto que são culturas diversas, não havendo então um “mínimo denominador comum” (p. 19). Destaca, ainda sobre a construção do documento e da participação de alguns países, que:

a Declaração Universal precisaria ser revista porque foi adotada quando [...] grande parte dos Estados de hoje ainda estavam sob dominação colonial (quando a declaração foi escrita). A Declaração não teria levado em conta as particularidades históricas, culturais e sociais dos países em desenvolvimento e seria uma imposição de valores ocidentais, individualistas e seculares, que entram em choque com a concepção comunitária e religiosa de outras sociedades. (BRANDÃO, 1998, p. 11)

¹⁶Segundo Mata-Machado (2007), esses direitos dizem respeito as novas demandas da sociedade, tratado de uma forma geral “mais indefinida, do direito à qualidade de vida, que engloba as mais diversas reivindicações. Ainda entre os difusos podem ser incluídos os direitos ao desenvolvimento, à paz internacional e os dos consumidores.” (p.3). Assim como possui uma relação com direitos culturais que são tratados adiante no texto.

Os direitos humanos deveriam levar em consideração a situação da sociedade atual em que “as grandes vítimas dos conflitos de hoje são os civis [...] por serem alvos diretos de agressões, em flagrante violação dos princípios elementares do direito humanitário” (BRANDÃO, 1998 p. 12). No mesmo aspecto, Gregori (1998) aponta para a importância da Declaração, com abrangência mundial “um processo de mundialização das violações” (p.24-25). E que as novas ações de preservação desse direito deve levar ter em vista essa abrangência.

Sobre a necessidade de se rever a aplicação da Declaração, Marcovitch (1998) apresenta as perspectivas para a efetivação divididas em dois níveis:

O primeiro englobará necessariamente dispositivos que permitam aos excluídos usufruir dos seus direitos como cidadãos [...]. O segundo corresponderá a mecanismos geradores do *empowerment* das comunidades afro-brasileiras, de modo a que se tornem protagonistas centrais e não apenas coadjuvantes na luta contra a exclusão. (p.76)

Os direitos como um processo social e político “estão em constante construção e, infelizmente, sujeitos a eventuais dissoluções [...] não se pode pretender que haja lógica e coerência no conteúdo desses direitos” (MATA-MACHADO, 2007, p.2). Assim como é importante entender que “não há luta pelos direitos humanos sem conflitos, obstáculos e resistência: negar essa realidade é recusar a própria luta” (NETO; PINHEIRO, 1998, p.53).

Uma das perspectivas sobre os direitos humanos abordada por Angelita Maders (2012) é o acesso aos direitos jurídicos como Direito Humano e a necessidade das pessoas conhecerem e terem acesso aos seus direitos. Sobre o acesso às informações “apesar dos avanços dos meios de comunicação, que deveriam viabilizar o acesso à informação a todos, grande parcela da população ainda se encontra à margem” (p.201). A autora ainda apresenta algumas dimensões que são discutidas tratando-se dos direitos humanos

A primeira seria aquela que inclui os direitos políticos e civis [...]. Os da segunda dimensão são os direitos sociais, econômicos e culturais [...]. Os da primeira dimensão referem-se, pois, à liberdade, e os de segunda dimensão, à igualdade. Os direitos de terceira dimensão incluem os direitos relativos ao acesso e uso dos bens comuns à humanidade, como o ambiente, os bens culturais, os conhecimentos, a identidade e a solidariedade. Os direitos da quarta dimensão têm a ver com os avanços tecnológicos. (MADERS, 2012, p.210-211)

No caso do Brasil, se “defende o caráter obrigatório da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que é parte integral de nossa identidade democrática” (BRANDÃO, 1998,

p. 17). No entanto durante golpe militar no Brasil “os direitos fundamentais do indivíduo e suas garantias forma suspensos e começou uma fase de perseguição aos políticos e militantes de esquerda” (DALLARI, 1998, p.34). Estes direitos retornaram em 1988 é elaborada a atual Constituição do país.

Ainda que pareça contraditório, a concepção de direitos humanos de forma negativa já foi evidenciada (e em certa medida ainda é) em nossa sociedade. Neto e Pinheiro (1998) apresentam que “as primeiras comissões de direitos humanos [...] a partir dos anos 70 chamaram atenção para a tortura e assassinatos de dissidentes e presos políticos, fazendo revelar as condições gritantes das prisões brasileiras” (p.5). Logo após a instauração do regime democrático houve um acréscimo da criminalidade, como as comissões de direitos humanos trataram especialmente sobre as condições dos presos, foi associado pela sociedade que os direitos humanos visavam apenas os criminosos. Sendo a maioria dessas pessoas das camadas mais pobres, é fortalecido um discurso estereotipado negativamente:

uma parcela significativa da população ainda enfrenta diversas formas de violação e privação dos direitos mais elementares inerentes à dignidade humana. A exclusão econômica, social e cultural que aflige a sociedade atual ainda inviabiliza as conquistas sãs liberdades civis e políticas, o que enseja uma atuação mais efetiva. (MADERS, 2012, p.201)

Essa construção negativa visualizada por uma parcela da sociedade, além de criar uma visão distorcida dos direitos humanos, incide sobre o reconhecimento dos direitos do próximo. Todavia, essa construção social é importante, pois esses direitos não são apenas assegurados pelo Estado, partem também de uma ação coletiva em colaboração com a sociedade.

Assim como houve uma interpretação negativa dos direitos humanos, houve dos espaços de memória, devido a restrição do patrimônio por um determinado grupo,

a banalização do termo lugares de memória tem levado à errônea idéia de que o lugar de memória, no caso específico o lugar material, concreto, tem a capacidade de comunicar não somente para a comunidade detentora daquele recorte da memória, mas para toda a sociedade. É como se ao simples citar do termo, todo e qualquer indivíduo pudesse compreender o que ocorreu naquele lugar e a essência do seu significado. (NEVES, 2011, p.31-32)

É necessário então questionar os espaços de memória existentes sobre a ótica da Museologia Social. No contexto da elaboração da Declaração dos Direitos Humanos é perceptível “a criação dos primeiros museus e memoriais voltados às questões das arbitrariedades praticadas contra os direitos humanos [...] pela necessidade de discutir os

problemas sociopolíticos do seu tempo” (NEVES, 2011, p. 47). Para tanto, Kátia Neves (2011) analisa a idealização desses espaços, criados a partir dos grupos que sofreram com ataques aos direitos humanos e vão além do caráter turístico das instituições contemplativas. Vemos também a relação do surgimento desses museus também com os artigos de direito à cultura, presente na Declaração.

Mata-Machado (2007) trabalha as categorias dos direitos, em específico o cultural. Fizemos o recorte sobre três direitos que pode-se observar e serem exercitados nas instituições museais “o segundo direito cultural estabelecido no plano internacional foi o direito à livre participação na vida cultural” (p.6). O explicitado no artigo XXVII da Declaração Universal de participar de manifestações culturais, “a universalização do acesso aos bens culturais, até então restrito às classes privilegiadas” (MATA-MACHADO, 2007, p.6). O autor expõe que esse direito visa além do simples acesso e, para tal, foram definidas pela UNESCO duas dimensões de participação: a primeira é a ativa que diz respeito à produção de forma livre e a segunda é a passiva com relação ao direito de usufruir dos bens culturais.

Outro artigo aborda “aos direitos assegurados aos povos: o direito à identidade cultural e o direito-dever de cooperação cultural internacional, ambos profundamente relacionados” (MATA-MACHADO, 2007, p.8). Este foi inspirado nas revoluções francesas e inglesas, que fomentaram as discussões sobre a preservação do patrimônio, criando bibliotecas públicas, teatros, museus, como espaços de poder “a função básica dessas instituições era a de materializar os novos valores Nação, Povo e Estado - fixá-los no imaginário e assim obter a coesão social em torno desses símbolos” (p.8). É colocado também que o Estado tem participação no que diz respeito à proteção a fim de permitir que a sociedade tenha suas expressões culturais, principalmente as minorias étnicas, religiosas ou linguísticas.

Sobre os direitos difusos ou transindividuais, estes surgem a partir das lutas de movimentos, denominados pelo autor Mata-Machado (2007) de contra cultura, por exemplo, os hippies e o feminismo, “os direitos culturais evoluíram de tal forma que é possível falar na emergência de um novo direito, ao qual denominamos direito à subjetividade ou à personalidade” (p.10). Este direito está relacionado também ao “direito de ser pessoa, e pessoa concreta, singular e integral, parte do mundo objetivo das relações sociais, mas portadora, também, de vida interior” (p.10). São direitos individuais, liberdade sexual, direitos para as mulheres, negros, índios entre outros, em oposição ao totalitarismo.

Como parte de um mesmo contexto vemos esses direitos culturais reverberados nas propostas da Museologia Social, ao se pensar nas minorias e não apenas nos heróis nacionais,

em criar espaços para discussão das necessidades das sociedades, ser um espaço de lutas e ser um espaço acessível por ser feito em conjunto com a comunidade.

Fábio Mota (2001) analisa o processo de construção identitária de uma comunidade quilombola, a partir dos conflitos, poderes e direitos. Uma questão levantada pelo autor é que a garantia dos direitos vem a partir do reconhecimento da igualdade entre as pessoas “a garantia da universalização do direito passa pelo reconhecimento da igualdade e da liberdade do indivíduo de uma determinada comunidade” (MOTA, 2001, p. 134). E esse direito é “condição prévia para a realização das potencialidades humanas”(GREGORI, 1998, p.25). Mota aponta que a condição de igualdade é determinada pela sociedade, no nosso contexto, há um sentimento “anti-igualitário” que dificulta esse acesso aos direitos básicos.

Além da influência da estrutura social, há uma construção institucionalizada que influi na condição de acesso, devido à operacionalização de discursos “a fim de marcar e demarcar visões (pré-definidas) [...] muitas vezes antagônicas, operacionalizam seus discursos com o objetivo de definir e legitimar suas posições no campo de disputa” (MOTA, 2001, p. 171). Os museus se enquadram como esses espaços de poder e a serviço do Estado que pode legitimar e formar discursos, tanto positivamente, como negativamente, pois “a possibilidade de autonomização do grupo se impõe no momento em que as informações se tornam indispensáveis para a mobilização coletiva” (MOTA, 2001, p. 173). É possível relacionar essa construção com as diretrizes da Museologia Social, ao orientar os museus a desenvolver seu potencial como ferramenta a ser usada para a transformação e inclusão social.

Essa (re)construção da memória incide também nos direitos dos grupos, como o direito a memória: “como atores sociais conscientes da nossa importância nas diferentes sociedades temos o direito ao reconhecimento da nossa memória, e por mais traumática que esta possa parecer, temos a necessidade de nos representarmos de alguma forma” (CANABARRO, 2012, p.100). É preciso então pensar quem constrói as narrativas relativas às memórias, qual recorte se está fazendo para quebrar a hegemonia das memórias dos “heróis” que encobrem os direitos dos que foram silenciados.

Os direitos humanos, não apenas sob forma de legislação, também são pensados sob o conceito de memória. Ivo Canabarro (2012) trabalha a perspectiva dos direitos humanos a partir dos conceitos de memória e esquecimento, a ausência e a efetividade desses direitos: “nessa perspectiva, a memória é mais um elemento que nos propicia alcançar a plenitude do ser humano, porque ele nos identifica como ator nos diferentes processos de construção da cidadania” (CANABARRO, 2012, p.100). Reconhece, assim, que a memória coletiva pode ser utilizada para enaltecer ou silenciar determinado grupo.

Além de se pensar a (re)apresentação da memória coletiva dos grupos, ela é trabalhada sob a perspectiva da construção do indivíduo: “a aproximação da memória com a identidade é uma atividade constante, pois busca-se a todo momento construir uma memória social que possa servir como instrumento de identidade” (CANABARRO, 2012, p.107). Nesse sentido, Canabarro (2012) aborda a “memória social” e sua relação com os direitos humanos:

É na memória social que encontramos respostas plausíveis para a questão da desconsideração dos direitos humanos, pois como podemos perceber, nos períodos traumatizantes estes foram desconsiderados. Quando os direitos humanos são desconsiderados deixamos de respeitar a dignidade dos atores sociais [...]. Infelizmente não podemos apagar da memória esses períodos, mas eles nos servem como exemplos daquilo que não será mais suportado. [...] A memória social é um dos meios que nos permitem o reconhecimento de nossa condição como humanos, como seres de direitos em todas as sociedades, é assim que queremos ser visto nas diferentes experiências históricas como seres que têm o direito de serem livres. (p.127)

Pedro Leite (2013) aborda o papel da Museologia Social na relação com os direitos humanos dentro do contexto da globalização, sendo este entendido como “conceito complexo que se refere ao fenômeno da percepção da compactação do espaço e da aceleração do tempo pelos sujeitos” (p.4.). Diante desse cenário, as identidades construídas tendem a seguir a ideia de que “somos todos cidadãos do mundo, portadores de múltiplas identidades e circulamos por espaços múltiplos e reconhecemos tempos diferenciados” (p.4.). Esses pontos estão presentes no fazer museológico, pois, os museus produzem e reproduzem essas tensões sociais, a partir delas constroem suas narrativas. Desse modo, são espaços que podem abrigar reflexões e propor ações¹⁷.

Diante das novas demandas, tanto da comunidade ativas no museu, como do museu enquanto parte da sociedade e seus problemas, as práticas museais que ocorrem pelo meio das narrativas passam a ser repensadas como trata Pedro Leite (2013), através de “uma reflexão sobre as condições de produção dos discursos, nomeadamente ao reconhecimento de que nas representações se encontram os reflexos das relações de poder, herdadas e vividas” (p.3). Essas práticas devem ser consideradas em outras esferas, principalmente nas ações construídas em conjunto.

É possível então questionar os espaços de memória existentes sobre a ótica da Museologia Social. No contexto da elaboração da Declaração dos Direitos Humanos é perceptível “a criação dos primeiros museus e memoriais voltados às questões das

¹⁷O museu se torna “um vetor no sentido de tornar possível a execução de processos museais mais ajustados às necessidades dos cidadãos, em diferentes contextos, por meio da participação, visando ao desenvolvimento social”. (SANTOS, 2002, p.88)

arbitrariedades praticadas contra os direitos humanos [...] pela necessidade de discutir os problemas sociopolíticos do seu tempo” (NEVES, 2011, p. 47). Para tanto, Kátia Neves (2011) analisa a idealização desses espaços, criados a partir dos grupos que sofreram com ataques aos direitos humanos e vão além do caráter turístico das instituições contemplativas. Vemos também a relação do surgimento desses museus também com os artigos de direito à cultura, presente na Declaração.

Como tratado anteriormente, na medida em que foram difundidos os direitos humanos, surgem museus que tratam sobre esta temática. Kátia Neves (2011) aborda a construção de instituições museais que trabalham com a temática dos direitos humanos. Ao realizar um recorte na América Latina, ela afirma que esses espaços possuem em comum alguns objetivos:

Preservar a memória histórica para fomentar e difundir uma cultura de respeito aos direitos humanos; permitir às novas gerações conhecer os fatos do passado recente para que estes não se repitam; lugar de memória como espaço de reflexão sobre as causas do passado e suas consequências, vinculando-as aos fatos e situações do presente; atividades que promovam o sentido crítico e a reflexão; fazer da memória um instrumento para o desenvolvimento da consciência crítica sobre a sociedade para que se converta em práxis transformadora; um espaço de reflexão ética sobre as violações à vida e à dignidade das pessoas. (NEVES, 2011, p. 59)

No caso do Brasil, a autora Neves trata sobre o Memorial da Resistência. Localizado na cidade de São Paulo, ele surge como um “resultado da conjugação necessária, sob nosso ponto de vista, desses três elementos – da reivindicação da comunidade, do interesse do governo e da intervenção museológica” (NEVES, 2011, p. 75). Neves descreve as ocupações que o prédio do antigo Deops/SP que teve anteriormente um “Memorial da liberdade” gerido pela Secretaria do Estado da Cultura, a gestão passa para a Pinacoteca do Estado, em 2007 “se inicia nova fase para esse lugar da memória, com a solicitação de um projeto” (p. 85)¹⁸. A demanda de um novo projeto foi necessária visto que o anterior foi elaborado com o intuito de apagar as memórias sobre os acontecidos durante a ditadura.

A partir de 2008 é iniciado um trabalho para construção da exposição de longa duração do memorial “com o encaminhamento dos trabalhos e as sistemáticas reuniões com a equipe técnica e de consultores, foram iniciadas as coletas de testemunhos, necessárias para o

¹⁸ A autora aponta que o projeto foi desenvolvido a partir de uma equipe interdisciplinar, a fim de melhor atender as demandas, grupo foi formado pela “museóloga Maria Cristina Oliveira Bruno (Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo), pela historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro¹²⁰ (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH/USP) e pela educadora Gabriela Aidar (Pinacoteca do Estado de São Paulo)”(NEVES, 2011, p. 85)

entendimento da resistência, do cotidiano na prisão e do espaço carcerário” (NEVES, 2011, p.92-93). Importante destacar a participação de militantes no processo de construção do memorial, por exemplo, a autora aponta que o acréscimo de uma das salas por sugestão dos ex-presos políticos que foram ativos também na reconstrução das celas, dos elementos que as compunham -como a grafiteagem nas paredes- e os áudios com relatos do período em que estiveram presos.

A instauração do memorial se completou em 24 de janeiro de 2009. A autora observa que “no conjunto do projeto, um indiscutível compromisso em desvelar as questões relativas aos traumas histórico-culturais, ao propor atividades que buscassem favorecer o debate e a reflexão sobre o passado histórico” (NEVES, 2011, p. 90). Torna-se um espaço que possibilita as discussões sobre a política e que “colaborasse com a construção da cidadania, e especialmente com a transformação social” (p. 91). O memorial é composto por quatro módulos:

- Módulo A- o edifício e suas memórias “por intermédio de textos, iconografia e um vídeo é possível conhecer os diferentes usos e apropriações do edifício ao longo dos anos, bem como a complexa estrutura e funcionamento do Deops/SP”. (NEVES, 2011, p. 106)
- Módulo B – Controle, Repressão e Resistência: o tempo político e a memória, “neste módulo são apresentados os conceitos de controle, repressão e resistência por meio de diferentes recursos expográficos e a partir de quatro vetores de informação: uma linha do tempo, dois painéis multimídia, uma vitrina com publicações e uma maquete”. (p. 108)
- Módulo C – A construção da memória: o cotidiano nas celas do Deops/SP, “este espaço é composto de um corredor principal, que dá acesso às quatro celas remanescentes e a outro corredor, que leva ao corredor para banho de sol, e a um pequeno espaço, que denominamos ‘diorama’” (p. 112). Diorama constitui um espaço de reprodução de vídeos sobre as manifestações, cartazes, folhetos, músicas que representam a resistência
- Módulo D – Da carceragem ao Centro de Referência, “nesta sala (que foi o antigo espaço da carceragem utilizado para identificação dos presos), há uma grande plotagem de uma fotografia do arquivo do Deops/SP, bem como fotografias de diferentes salas que eram usadas como barbearia, salas de exame médico, de ginástica etc.” (p. 119-120)

Todavia, ainda persiste em alguns espaços de memória o sentimento de não discutir eventos traumáticos. Neves (2011) discute sobre a tentativa de apagar as memórias, no entanto “isto nunca é um projeto realizável: as memórias subterrâneas acabam por se cansar dos discursos oficiais e aguardam o momento propício para se manifestar” (p.153). Conclui que as propostas então devem “escolher a resistência política e dar voz aos protagonistas da história (a resistência)” (p.91).

1.3 Outros casos a serem lembrados: Da Candelária ao Cabula

As memórias de atentados contra a humanidade devem ser apresentadas em espaços culturais para serem discutidos e para que não sejam repetidos. Ainda que sejam claros os objetivos da Declaração dos Direitos Humanos, em evitar os ocorridos durante a Segunda Guerra Mundial, observa-se a violação destes direitos básicos durante a ditadura militar no Brasil, por exemplo, em casos de violência que ainda atingem grande parte da população negra e pobre. Estes últimos casos podem ser exemplificados pelas chacinas¹⁹ ocorridas em 1993, no Rio de Janeiro, e em 2015, em Salvador.

A chacina ocorrida na Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro, na madrugada de 23 de julho de 1993, deixou sete crianças e adolescentes mortos, entre os mais de cinquenta que ali estavam dormindo e que de certa forma perderam suas vidas mais tarde, de forma simbólica e em outros atentados de violência. Os responsáveis foram policiais civis e militares. Este episódio “teve grande repercussão por ser um fato marcado pela brutalidade da violência urbana contra menores que dormiam nas ruas da cidade” (BRASILIANSE, 2007, p.10). Tendo uma maior cobertura também após confirmação do envolvimento dos policiais aumentou a repercussão da chacina.

O momento em que ocorreu a chacina da Candelária havia uma “problemática da criança [...] que passa a ocupar lugar de maior visibilidade no campo dos movimentos sociais e das discussões sociais” (BRASILIANSE, 2007 p.8). Contudo é visto que o problema ainda persiste na nossa sociedade. Como foi o caso da chacina no bairro do Cabula em Salvador. No dia 6 de fevereiro de 2015, catorze jovens foram executados por policiais²⁰ da Ronda Especial

¹⁹As autoras Brasiliense e Ribeiro (2006) definem o termo chacina como “assassinato coletivo e premeditado” (p. 01). A autora Maria Porchat (2013) traz a definição “da Delegacia de Investigação de Homicídios Múltiplos, onde o termo é usado, a partir de três homicídios no mesmo local e hora.” (p. 01)

²⁰ Este não foi o único caso, “a Chacina do Cabula, como ficou mundialmente conhecida, continua sendo emblemática. E não pela exceção do caso, mas principalmente pela recorrência das execuções de jovens negros por policiais na Bahia. Menos de 48 horas após os assassinatos em Cabula, policiais da Rondesp mataram mais

da Polícia Militar da Bahia (Rondesp) que foram absolvidos da acusação de homicídio triplamente qualificado²¹.

A construção da narrativa sobre o caso é tratada pelas autoras Brasiliense e Ribeiro (2006), se reportando para as construções feitas pela mídia jornalística. A primeira vista o crime foi apresentado como “um fato de violência cruel, justamente porque [...] envolveu crianças, símbolo de inocência. Ainda que se tratasse de ‘infratores’” (p.1).

No entanto a versão da mídia começa a mudar, após um ano era “lembrado não o assassinato coletivo, mas o ‘vandalismo’ provocado pelos menores que ainda vivem na região. Aqui, há um deslocamento claro do sentido atribuído ao fato” (p.5). Essa prática é apontada como silenciamento da memória quando “não é permitida uma organização mais completa dos sentidos dos acontecimentos. Pulverizada, passa a inaugurar um sentido mínimo que anula realidades importantes para pensar o fato” (p.8). As autoras apontam a influência da mídia na construção da memória coletiva pode-se relacionar com os museus, mas também é possível observar que este era (ainda é) o posicionamento de alguns grupos sobre a juventude.

Assim como houve um silenciamento da mídia sobre o caso da Candelária, é apontada por Melo (2015), a utilização da mídia para distorcer a imagem da vítima:

Os fatos provam que o governo montou uma operação de guerra midiática após as execuções, com o objetivo de vilipendiar a imagem social das vítimas, trazendo a público versões falsas e mentirosas sobre a vida dos jovens negros, por vezes utilizando-se de conteúdos racistas, construindo no imaginário social, o heroísmo da Rondesp. (MELO, 2015, p. 1)

No caso ocorrido na Bahia também houve um silenciamento a fim de enaltecer os agressores. Esse tipo de mídia televisiva, jornalística sensacionalista reforça a ideia do “bandido bom é bandido morto”, influenciando a estereotipação do jovem negro que mora em favela.

Na chacina do Cabula, a violência ocorreu dentro da comunidade Vila Moisés, contra negros, reforçando o quadro de violência contra esses jovens. Já o da Chacina da Candelária, Suele Almeida observa que:

representa o deslocamento da violência policial cotidiana praticada contra os setores excluídos em seu próprio território (favelas, em geral) para o centro

três jovens: um em Sussuarana e outros dois em Cosme de Farias. Tanto na Vila Moisés, quanto em Sussuarana, a motivação foi a mesma: vingança” (AZEVEDO, 2016, p. 1)

²¹“Em outubro, meses depois após a sentença que absolveu os militares envolvidos na Chacina do Cabula, foi noticiada a prisão de dois desses policiais por integrar uma quadrilha de extorsão e sequestro.” (AZEVEDO, 2016, p.1)

financeiro da cidade [...] espaço do qual crianças e adolescentes ousaram se apropriar e estabelecer suas próprias condições de habitabilidade, lazer e sobrevivência (ALMEIDA, 1998, p.8).

Apesar dos dois eventos ocorrerem em momentos e lugares diferentes, eles apresentam pontos em comum como a ação tendenciosa da polícia, violência contra jovens negros, pobres. Rezende (2006) apresenta que “além do despreparo dos órgãos de segurança pública, outro obstáculo para a superação desse tipo de violência é a impunidade” (REZENDE, 2006, p. 220). Diante da absolvição dos culpados, os jovens deixam de ser vítimas e a sociedade deixa de questionar cobrar por ações efetivas.

A continuidade de atos dessa natureza de violência contribui para que o museu, como ferramenta da sociedade, seja palco para reflexão sobre esses problemas. Esses casos foram retratados na exposição “MAFRO pela vida contra o genocídio da juventude negra”, no Museu Afro-Brasileiro da Bahia, em Salvador. A necessidade de serem discutidos se deve ao fato de se tratar da grande violência contra juventude negra e que ainda existe o discurso “bandido bom é bandido morto”. Sendo que compete visualizar quem a sociedade está considerando como bandido. Práticas como essas chacinas são consideradas genocídio. Abordaremos esse tema no próximo capítulo, as formas de genocídio, especificamente contra a juventude negra.

2. AS ARMAS DO GENOCÍDIO NEGR@

Será tratado neste capítulo o tema de genocídio, na forma física – tema da exposição do MAFRO/UFBA – e simbólica, que atinge diversos grupos. O genocídio, em sua classificação como crime, diz respeito ao extermínio físico de grupos tendo como motivação sua raça, religião ou etnia. Constitui, assim, um processo ou resultado de ações e que visa a destruição total ou parcial do grupo.

Na área da economia, as armas para o genocídio são as políticas que inviabilizam o desenvolvimento das camadas mais pobres. O genocídio na área do direito passou a ser considerado crime a partir da necessidade de se julgar as atrocidades ocorridas na Segunda Guerra Mundial. No caso brasileiro, por exemplo, a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 4.º explicita o repúdio às práticas de racismo e genocídio; e a Lei n.º 2.889/56 destaca o crime de genocídio reconhecendo-o como a “intenção de destruir, no todo ou em parte, grupo nacional, étnico, racial ou religioso” (art. 1º).

Apresenta-se também neste capítulo do genocídio simbólico. Levando-se em consideração que é referido aos atentados contra grupos, é necessário definir quais grupos são esses. Tendo como objetivo abordar grupos étnicos-raciais, reconhecendo a existência de múltiplas formas de genocídios. A partir das formas que esse genocídio acontece, chega-se aos processos que não se configuram como crime *strictu senso*, mas têm por objetivo a destruição da memória, da história, das formas de expressão de um grupo. Em um segundo momento neste capítulo são tratadas as ações institucionalizadas que atestam esse silenciamento ou representações estereotipadas d@ negr@ em alguns museus brasileiros.

Comumente nos deparamos com a não exposição d@ negr@ ou sua representação de forma estereotipada, generalizada, evidenciando o exotismo e o tom de submissão (SANTOS, 2005). Todavia, existem exceções, a exemplo do Museu Afro-Brasil de São Paulo-SP, do Museu do Percorso Negro de Porto Alegre-RS e do Museu Afro-Brasileiro de Salvador-BA. Essas instituições possuem atividades, bem como um projeto expositivo que tem por intuito fortalecer a visão d@ negr@ como um ator significativo na construção da cultura brasileira.

2.1 Genocídios: do crime ao processo

Os museus têm o potencial para se transformarem em espaços de debates²², de reverberação dos ideais da sociedade da qual fazem parte. Um desses conflitos é o genocídio que ocorre de diversas formas. Ao observar suas definições em alguns dicionários há uma relação com o extermínio, como crime que atinge grupos com características em comum de acordo com sua nacionalidade, raça, etnia ou religião²³. Essas e outras definições serão abordadas neste capítulo

Um aspecto geral que pode ser destacado do significado do genocídio é que se trata de “atos com intenção de destruir”. O genocídio pode, então, ser entendido como um ato que é julgado como crime, mas também como um processo que pode ser visto em outras áreas. Miniuci (2010) coloca que esse processo “envolve a identificação do inimigo, formulação do objetivo de destruição e desenvolvimento de meios para atingir esse objetivo” (p.3). Temos, portanto, uma definição que pode ser empregada além do crime de assassinato. Abordaremos o genocídio como “processo dinâmico” (LEMKIN *apud* PERES, 2016, p. 16)²⁴.

Dentre os tipos de genocídio, temo o político²⁵ pode ser executado por grupos de oposição, gerando uma exclusão política, mas também pode culminar em um genocídio físico tendo como motivação a aliança partidária. Pode resultar de medidas tomadas em diferentes áreas “a destruição de um grupo político ou econômico ocorrerá, de modo geral, não como ato premeditado, mas como consequência de uma disputa com outros objetivos” (MINIUCI, 2010, p.2). Entende, portanto, o genocídio como processo e não apenas o ato, cabendo o julgamento também da intencionalidade.

O genocídio econômico da mesma forma é entendido como processo, se faz por meios de políticas, aumento de juros, taxas e “realiza-se mediante ações que promovem o empobrecimento da população visada: boicotes, confiscos, concessão de licenças comerciais” (MINIUCI, 2010, p.4). Esse tipo de genocídio culmina na exclusão de grupos, condicionados a um padrão de determinada classe social. Tem por objetivo também “destruir as bases

²²Mário Chagas considera que “um dos nossos desafios é aceitá-los como campos de tensão. Tensão entre mudança e a permanência [...] entre o passado e o futuro, entre memória e o esquecimento, entre poder e a resistência” (CHAGAS, 2007, p. 68).

²³“Genocídio: Crime contra a humanidade, que consiste em, como intuito de destruir, total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, cometer contra ele qualquer dos atos seguintes: matar membros seus; causar-lhe grave lesão à integridade física ou mental”(FERREIRA, 2010, p.1025).

²⁴Peres (2016) coloca essa afirmação tratando do genocídio: “não é o ato em si, [...] mas a *intenção* de destruir ou danificar as condições de existência *do grupo*, e não somente do indivíduo” (p.16).

²⁵ O genocídio político tem por objetivo “dar fim ao autogoverno das vítimas e a abolir a administração local, substituindo-os por formas de governo impostas pelo opressor” (MOSES, *apud* PERES, 2016, p.17). Vemos como resultados os golpes políticos, que resultam no controle do governo de determinado país.

econômicas do grupo-vítima impede seu desenvolvimento” (LEMKIN *apud* PERES, 2016, p.17). O autor ainda elenca outros tipos de genocídio como o religioso, moral, social e cultural.

As normas internacionais não configuram o genocídio político, econômico ou cultural como crime, o que limita o julgamento de alguns atos. Frente a essa postura, Campos (2007) expõe que “genocídios têm sido perpetrados por motivações ideológicas em que o Estado extermina sua oposição política doméstica, o que torna a definição clássica de genocídio incompleta diante da realidade” (p.24). A autora Campos (2007) trata do genocídio político, mas pode-se incluir outros tipos, o que reforça a necessidade de se incluir esses itens (que foram retirados) nas legislações.

O genocídio passou a ter uma vertente jurídica após a Segunda Guerra Mundial devido o ocorrido com grupos nos campos de concentração. Rafael Lemkin²⁶ foi um dos autores que iniciaram as discussões acerca do tema “na VII Conferência para a Unificação do Direito Penal, realizada em [...]1947, Lemkin definiu o crime de Genocídio como sendo um crime especial, consistente em destruir intencionalmente” (BUGARIB, 2009, p. 88). Sendo esta a definição geralmente aplicada a concepção do termo.

Em 1948 a Comissão do Conselho Econômico e Social da ONU (Organização das Nações Unidas), levando em consideração a proposta de Lemkin, construiu um Projeto de Convenção Internacional para Prevenção e Repressão do Genocídio (BUGARIB, 2009). Entre as definições de Lemkin sobre o tema, “genocídio significa o extermínio em massa dos seres humanos por motivo de nacionalidade, raça, religião ou credo político” (p. 88). Inicialmente, a proposta da convenção incluía os genocídios político e cultural, no entanto ambos foram retirados por sugestões de alguns países como EUA, Reino Unido, França, Brasil, entre outros²⁷.

A explicação para retirada desses artigos com as definições de genocídio se mantém em duas linhas: uma dada pelos países para justificar a retirada, e, outra teria uma relação com o momento histórico e político da época. Bugarib (2009), assim como Campos (2007), expõe que a justificativa da exclusão dos genocídios políticos e cultural se deu a partir da sugestão de ser tratado como um documento a parte “foi suprimido do texto original, pelo fato de poder

²⁶“Jurista de origem polonesa, muito antes do advento do Holocausto, já defendia a necessidade de se reprimir a destruição de coletividades raciais, religiosas ou sociais como um delito de caráter universal, aplicável a todos os povos” (VIEIRA, 2011, p.40).

²⁷ Esses países defendiam ainda que esse tipo de conduta deveria ser tratado em documento específico de proteção à minoria, já que a cultura não é característica inerente à pessoa humana, mas consequência de seu desenvolvimento social. Havia ainda o temor de que a condenação do genocídio cultural viesse a inibir a assimilação cultural e lingüística de outros grupos dentro de um Estado. (CAMPOS, 2007, p.22)

ser reprimido na esfera de proteção geral das minorias e dos direitos do homem” (BUGARIB, 2009, p. 92). No entanto, Campos (2007) aborda que “um instrumento que deveria servir aos propósitos dos Direitos Humanos em função de interesses nacionais de países que não queriam ver suas atitudes comprometidas” (p.23). Estas medidas foram consideradas uma manobra para não se comprometer com outros tipos de destruições evitando assim que tais países tivessem de julgar a si mesmos, estavam servindo de interesse para apenas alguns mostrando que a decisão continha um interesse político.

Caracterizou-se, portanto, a destruição física como o maior dano e o único a ser julgado como crime, porém dentro das motivações pré-determinadas. Sobre as concepções que foram definidas na convenção, observa-se que “não se trata de uma decisão tomada com base em princípios jurídicos ou em teorias sociais; os grupos políticos foram excluídos por motivos políticos” (MINIUCI, 2010, p.7-8), o autor trata de grupos políticos, mas podemos relacionar com o fator cultural que é tratado como algo a parte.

Os conceitos se adaptam de acordo com seu contexto, na Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, de 1948, o artigo que incluía o genocídio cultural como crime definia

O artigo III convencionou que genocídio também significa qualquer ato intencionalmente cometido com o fim de destruir o idioma, religião ou cultura de um grupo nacional, racial ou religioso, por motivo de origem nacional, racial ou credo religioso de seus membros, como sejam: [...] destruição ou impedimento do uso de livrarias, museus, escolas, monumentos históricos, locais de adoração religiosa ou outras instituições e objetos culturais do grupo. (BUGARIB, 2009, p. 91)

Esta definição ainda visa o cultural através do material, da destruição de instituições e objetos, o que de fato ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial. Trazendo para o contexto contemporâneo, Peres (2016) apresenta que novos estudos e novas definições de genocídio estão surgindo, visando “compreender o genocídio não apenas como um crime internacional, mas como um fenômeno social” (p.22) tratando então das necessidades das configurações da sociedade atual, que não se relaciona tanto com o objeto, e sim com o seu significado.

O tratamento desse genocídio como fenômeno social, vem da área da sociologia definindo que “a ação genocida não se refere apenas à destruição física dos membros de um determinado grupo, mas a todas as formas capazes de impedir a socialização, a integração e, principalmente, a reprodução cultural do grupo” (MINIUCI, 2010, p.4). Este fenômeno altera a estrutura de um grupo partindo das relações físicas, simbólicas e sociais.

Entende-se deste modo que esse genocídio cultural ou simbólico ocorre de forma a silenciar os grupos minoritários com a imposição de uma cultura sobre a do outro. E que sua “destruição não é necessariamente física. Enquanto construções sociais, grupos não são constituídos ou destruídos por conta da substância corporal de seus indivíduos” (PERES, 2016, p.30). É necessário pensar, então, as destruições da memória e a não representação desses grupos minoritários nos espaços, tornando-se também como uma forma de genocídio.

O genocídio configura-se fundamentalmente pelo atentado a um grupo, a motivação está relacionada a uma ação contra esse conjunto. Sobre a motivação do genocídio, esta “não dependeria, pois, da morte de qualquer membro do grupo, mas da imposição de qualquer circunstância de vida que ameace a existência do grupo enquanto grupo” (LEMKIN *apud* PERES, 2016, p.16). Ao tratar da destruição destes indivíduos é necessário definir quais são esses grupos. Há diversas configurações e cada uma sofre com o genocídio de formas diferenciadas:

No que se refere à destruição desses grupos, podemos encontrar dois tipos: a destruição como resultado de uma concorrência entre eles, e a destruição deliberada, como resultado do desejo de um grupo de eliminar o outro, independentemente de vantagens ou desvantagens que isso possa trazer. (MINIUCI, 2010, p.3)

Miniuci (2010) trata de formas de destruições dos grupos o que também cria uma definição destes que a definição que o agressor impõe sobre um grupo. O autor destaca que no caso de embates o que predomina é a visão do agressor, que determina quais indivíduos fazem parte de um grupo. Contudo, ainda deve-se considerar que cada grupo tem sua identidade. Os meios para determinar esses grupos podem ser a partir de teorias. Nesse sentido, Miniuci (2010) apresenta uma definição de grupo a partir da visão sociológica:

o termo ‘grupo’ refere-se a um tipo particular de relação fechada ou restrita de uma dada população, um conceito que pressupõe regras, organização e autoridade. Grupos fundam-se no nascimento ou na adesão, inspiram lealdades particularistas, são fontes de identidade e de valores (MINIUCI, 2010, p.2)

Este sentido de grupo parte da ideia da formação como escolha ou condição inerente da pessoa e que são importantes na construção do indivíduo. Com relação ao genocídio, o mesmo autor ainda apresenta outros dois meios para definições da constituição desses grupos: a que diz respeito a visão que os próprios indivíduos têm enquanto formadores de um determinado grupo e a visão que um externo tem daquelas pessoas que formam um grupo e a

segunda forma é a estabelecida em categorias presentes na Convenção de 1948 sobre o crime de genocídio (MINIUCI, 2010).

As definições de grupos trazidas pela Convenção dizem respeito à religião, nacionalidade, etnia e raça. Serão discutidas aqui dois desses termos, raça e etnia. Geraldo Miniuci traz discussões sobre a formação desses grupos e essas categorias a respeito do conceito de raça;

Aquilo que se procura denominar raça nada mais é do que um determinado conjunto de características biológicas. [...]A ideia de raça presta-se tão somente a exercer uma função: justificar a discriminação, seja ela positiva ou negativa, entre pessoas com características biológicas distintas [...] ignoram-se as diferenças idiomáticas, religiosas ou costumeiras(MINIUCI, 2010, p.10-11).

Em contraponto, Magali Almeida (2014) traz uma visão sociológica, da definição de raça, que no contexto contemporâneo além de estar relacionada com o significado biológico, passa também a adquirir um sentido “político que expressa relações de poder e dominação. É uma categoria de hierarquização social e opera na produção de desigualdades sociais” (p.149). Ela aponta que o termo adquiriu um sentido pejorativo que foi dado em um processo capitalista “ao ‘racializar’ a população negra, produz simbolicamente noções de inferioridade nas quais raça e cultura são indissociáveis, criando barreiras para a mobilidade social” (p.151). Trata-se de impor para os indivíduos que eles estão condicionados a um determinado grupo, por suas características físicas.

Com relação ao étnico, “a identidade do grupo étnico se define sobretudo por fatores culturais: mesma língua, mesmas tradições, mesma história” (MINIUCI, 2010, p. 11). O autor também aponta que essa definição com divisões exatas, dificilmente se aplica em um contexto fora do eixo europeu²⁸: “não há, portanto, categorias estáticas, ou um único sistema de posições fixas que “aprisione” indivíduos nas suas categorias” (SANTOS, 2012, p.52).As novas construções sociais formam comunidades com diversas intersecções, cujos indivíduos se deslocam e fazem parte de grupos.

Em específico este trabalho trata dos grupos negr@s, entendendo-os como raciais, étnicos e outras formações que sofrem com genocídios em diferentes formas do físico ao simbólico, de ordem política, econômica e cultural:

²⁸“Um Estado nacional pode comportar diversas etnias, e as etnias podem ver-se divididas[...]a aplicação do conceito de etnia, num contexto não europeu, revela-se mais complexa” (MINIUCI, 2010, p. 11).

Podemos dizer que a desigualdade socioracial é de ordem política. Ou seja, a escolha de modelos econômicos não é neutra e, de acordo com a sua teleologia, ela incluirá ou não os grupos raciais, garantirá ou não, democraticamente, direitos sociais. Se hoje, no Brasil, a sociedade civil luta pela real democracia racial, através do protagonismo dos movimentos negros, a materialização desse princípio será, de fato, na inclusão real dos segmentos negros no acesso aos bens e serviços, sobretudo à riqueza produzida (ALMEIDA, 2014, p.136).

As construções sociais dos espaços urbanos evidenciam processos de genocídio tendo como resultado a desigualdade racial: “essa organização espaço-temporal das relações sociais delineia que, nos momentos e lugares em que se define o acesso às riquezas que a sociedade produz” (SANTOS, 2012, p. 44). Ao tratar do espaço urbano, temos como exemplo as favelas, onde estão presentes em sua maioria grupos de classe econômica baixa, negr@s que sofrem reflexos de um genocídio econômico, com medidas inflacionárias e taxações “o modelo econômico adotado e a subordinação do país às diretrizes dos bancos multilaterais e dos credores externos, produziram um aprofundamento da crise social” (PAIXÃO *apud* ALMEIDA, 2014, p.135). Esses fatores causam também a segregação desses grupos, tanto em quesitos básicos de saúde, educação como uma marginalização e estereotipação de indivíduos.

Cria-se então um ambiente de desigualdade²⁹, que fomenta a violência principalmente contra os jovens negros,

O sistema de segurança pública no Brasil e a crise de legitimidade da ação policial expõem as fraturas de uma sociedade marcadamente desigual no acesso de brancos e negros à justiça e aos bens sociais. Aqui a segurança pública sempre foi vista sob a rubrica da militarização, da brutalidade contra os negros e do combate aos inimigos internos sob o eco da ordem [...]. Assim se arranca de jovens negros confissão de crimes, se forja flagrantes baseados na cor da pele, se criminaliza os pobres. (ALVES *apud* ALMEIDA, 2014, p.136)

Os apontamentos sobre essa desigualdade se dão com base no Mapa da Violência (2014) fazendo uma comparação de homicídios entre brancos e negros, em 2012 proporcionalmente morreram 146,5 % mais negros que brancos e fazendo um recorte para a população jovem o número aumenta para 168,6%. Com relação aos dados Mapa da Violência (2016), sobre homicídios por armas de fogo da população em geral, no ano de

²⁹ “Embora a associação entre adolescência e transgressão não seja exclusiva de sociedades com acentuada desigualdade social, a elevada desigualdade faz com que os adolescentes de grupos sociais marcados pela exclusão social e racial sejam as maiores vítimas de violências extremas e de encarceramento”. (OLIVEIRA; SILVA, 2016, p.294)

2014, o número de negros mortos foram 158,9% a mais que os brancos³⁰. São tratados os fatores que estão envolvidos no fomento dessa situação:

Em primeiro lugar: a crescente privatização do aparelho de segurança. [...] Um segundo fator [...] as ações e a cobertura da segurança pública distribuem-se de forma extremamente desigual nas diversas áreas geográficas, priorizando espaços segundo sua visibilidade política, seu impacto na opinião pública e, principalmente, na mídia [...]. Por último, um terceiro fator que concorre para agravar o problema: um forte esquema de ‘naturalização’ e aceitação social da violência que opera em vários níveis e mediante diversos mecanismos. [...] Num primeiro nível, esse esquema opera pela culpabilização da vítima, justificando a violência dirigida (WAISELFISZ, 2014, p.185-186).

Como um processo em cadeia esses aspectos da sociedade acentuam o preconceito cultural “que condena, antecipadamente, os jovens da periferia e das favelas, sobretudo os negros, pelo fato de não corresponderem aos padrões idealizados da sociedade: branco, bem vestido, escolarizado, trabalhador com carteira assinada.” (OLIVEIRA e SILVA, 2016, p.303). Discriminação ocorre também por parte de quem deve assegurar a segurança, os autores Cerqueira e Moura (2013)³¹, Neto e Pinheiro (1998) afirmam essa condição de crescente violência de policiais contra camadas mais pobres.

O mapa da violência, por se tratar de estatísticas, define juventude a partir da categoria etária que segundo o autor Waiselfisz (2014), só houve uma base para definição a nível nacional a partir de 1990, o “Estatuto da Criança e do Adolescente, que conceituava a criança como a pessoa até 12 anos de idade e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade” (WAISELFISZ, 2014, p.13). O mesmo aponta que essa definição não engloba aspectos sociais da juventude como um processo para vida adulta, sendo adotada então a definição das Nações Unidas que compreende dos 15 aos 24 anos. Contudo para atingir o objetivo de “ser instrumento e subsídio para a formulação de políticas públicas de juventude, deveríamos reformular nosso entendimento inicial” (p.14), optou-se por aderir as conceituações da Lei nº 12.852, que institui o Estatuto da Juventude, que categoriza os jovens entre 15 e 29 anos de idade.

³⁰“Para o país como um todo, queda nas taxas de HAF (homicídios por armas de fogo) brancas de 14,5 por 100 mil, em 2003, para 10,6, em 2014, diminuição de 27,1%; concomitante crescimento de 24,9 HAF por 100 mil negros, em 2003, para 27,4 em 2014, aumento de 9,9%”(WAISELFISZ, 2016, p.55).

³¹“alguns indicadores coletados no suplemento de vitimização da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2009, do IBGE. Enquanto o percentual da população negra e não negra que sofreu agressões físicas em 2009 era de 1,8% e 1,3%, respectivamente, entre as vítimas que não procuraram a polícia 61,8% eram negros e 38,2% eram não negros. Da mesma forma, dentre aqueles que não procuraram a polícia porque não acreditavam ou porque tinham medo da polícia, cerca de 60% eram negros e 40% não negros.” (CERQUEIRA; MOURA, 2013, p.5-6)

A juventude também é apresentada como uma categoria que se modifica de tempos em tempos por ser “socialmente construída, formulada no contexto de particulares circunstâncias econômicas, sociais ou políticas” (PAIS, 1990 p.146). Outra representação comum do jovem é associação com uma fase problemática aumentando sua estereotipação, diminuindo a atenção que a violência contra esse grupo.

Seria, segundo o mesmo autor, essa fase da vida diferenciada da fase adulta devido às responsabilidades atribuídas sejam elas no trabalho, família e habitação. No entanto, essa característica ainda homogeniza os jovens “nas representações correntes da juventude, os jovens são tomados como fazendo parte de uma cultura juvenil unitária. No entanto, a questão central [...] da juventude é a de explorar [...] as *diferenças sociais* que entre eles existem.” (PAIS, 1990 p.140). Realizando um panorama da juventude neste momento contemporâneo, os autores Campos e Phintener (2016) analisam a relação dos jovens com o tempo³² não apenas o econômico, mas também “os tempos sociais, consumidos por jovens de 15 a 29 anos de idade, de ambos os sexos, em atividades típicas do cotidiano nas áreas urbanas do Brasil.” (p.124). Esses dados apresentados nos auxilia a localizar os jovens na sociedade³³.

Percebe-se que os jovens gastam mais tempo com o trabalho “para as jovens de 15 a 17 anos foi de 6,14 horas diárias, assim como foi de 8,64 horas para os jovens de 25 a 29 anos (40,7% superior)” (CAMPOS; PHINTENER, 2016, p.137). Em relação ao tempo utilizado para estudos “considerando todos os grupos de jovens, percebe-se que o tempo médio consumido no estudo foi de 3,99 horas diárias” (CAMPOS; PHINTENER, 2016 p.137). Esses números chamam atenção, pois são consequências dos problemas sociais e se tornam causas de outros agravantes.

Outro aspecto da educação é tratado pelo autor Corbucci (2016), ele analisa ingressos no ensino superior, fazendo um recorte para jovens brasileiros entre 18-29 anos, com base nos dados do Censo Demográfico de 2010. Ele apresenta o baixo número de jovens (14%) que frequentam o ensino superior dos quais o autor aponta “a desvantagem de jovens pardos e

³² Os autores analisam os jovens, no ano de 2013, a partir dos “dados oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em seus levantamentos anuais, essa pesquisa verifica a duração e a composição de alguns tempos consumidos em atividades próprias do cotidiano [...]. Entre essas atividades, destacam-se: frequentar a escola (ou a universidade), trabalhar e deslocar-se (entre a casa, o trabalho e a casa), bem como realizar atividades de cuidados com o domicílio (ou a família)” (CAMPOS e PHINTENER, 2016 p.126)

³³ Como por exemplo, o dado sobre as horas gastas com tarefas domiciliares afirmam um estereótipo social, formado pelo machismo, da mulher como responsável por tais tarefas “em meio a todos os grupos de jovens, o tempo médio despendido com o cuidado domiciliar foi de 2,29 horas diárias. Mas esse número oscilou bastante, se revelando maior no caso dos jovens do sexo feminino, principalmente no caso daqueles entre 25 e 29 anos de idade. Para comparação, o tempo de cuidado com o domicílio para os jovens do sexo masculino de 15 a 17 anos foi de 1,22 hora diária, bem como foi de 3,25 horas para os jovens do sexo feminino de 25 a 29 anos (166,4% maior, o que chama a atenção sob múltiplos pontos de vista)”. (CAMPOS; PHINTENER, 2016, p.138)

pretos em relação a brancos oscilava entre 56% e 65%.” (p.163). Outro ponto observado pelo autor é com relação da renda e dos grupos étnico-raciais,

A proporção de brancos com renda domiciliar *per capita* de até 1 SM era bastante inferior à de pretos e pardos. Enquanto os primeiros somavam 48%, estes últimos atingiam, respectivamente, 72% e 73% do total. Também eram muito desiguais as proporções de jovens com renda acima de 2 SMs entre os grupos étnicos selecionados. Entre brancos, a proporção era de cerca de 23%, mas entre pretos/pardos sequer chegava a 8% do total. (CORBUCCI, 2016, p.164)

Nessa análise de Corbucci (2016), são considerados também os motivos da não presença dos jovens no ensino superior, um dos motivos, como visto nos dados apresentados por Campos e Phintener (2016) os jovens têm gasto menos tempos com estudos, sem completar os ensinos fundamentais ficam inabilitados de ingressar em instituições de ensino superior. Outro agravante são as desigualdades sociais de acesso as condições básicas e como visto os jovens negros estão mais sujeitos a esse agravante.

Como exposto anteriormente não há como tratar da categoria de jovens como únicas, os autores Matijascic e Silva (2016), fazem um recorte para análise da juventude negra³⁴, com relação aos aspectos sociais, econômicos e educacionais. Os autores apontam a necessidade de uma atenção especial para a juventude negra, pois é nessa fase da vida que se intensificam as diferenças raciais e sociais, pois estes sofrem com a “violência, pela desproteção, pela precarização e pelo desemprego, o que se agrava quando são sobrepostos fatores de vulnerabilização, como o racismo e a condição social.” (MATIJASCIC; SILVA, 2016, p.269). A partir de alguns dados apresentados pelos autores, pode-se observar com relação “os negros, em parte, estão mais concentrados em moradias menos adequadas e, sobretudo, possuem renda *per capita* familiar mais baixa. Na juventude, estes aspectos agravam as desigualdades de oportunidades” (MATIJASCIC; SILVA, 2016, p.273).

Essas condições influenciam em questões como educação, apresentam que conforme o avanço das idades diminui-se os números de jovens no ensino³⁵ e comparam os números com a população branca:

³⁴Pesquisa sobre jovens, brasileiros entre 1992 e 2012 “Nesse sentido, o estudo que se inicia tem por meta apresentar e analisar a situação social da juventude negra, ao utilizar, para tanto, informações obtidas junto à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).” (MATIJASCIC; SILVA, 2016, p.270)

³⁵“Enquanto 78% dos jovens negros de 16 a 17 anos estão na escola, esta é a realidade para 25,8% dos jovens entre 18 a 24 anos e 9,2% entre 25 a 29 anos – exclusive os analfabetos –, em representação inversa à sua participação no mundo do trabalho.” (MATIJASCIC; SILVA, 2016, p.282)

é possível observar que a população negra apresenta menor frequência na escola e menor nível de adequação idade/série, para os que seguem estudantes. Por exemplo, entre os jovens brancos de 18 a 24 anos que frequentam escola (33,5%), a maior parte está no ensino superior. No caso dos jovens negros nesta faixa etária, um quarto continua seus estudos; metade destes ainda no ensino médio. Na faixa etária de 25 a 29 anos, a maior parte dos jovens brancos alcançou, no mínimo, ensino médio (72%), em contraste com 52,5% dos negros. (MATIJASCIC; SILVA, 2016, p.276)

Apesar dos números e definições apresentados, esses atentados contra negros (exclusão, chacina, extermínio) não são considerados crime de genocídio. Humberto Borges, participante da campanha Reaja ou será mort@ aponta que há uma dificuldade de se reconhecer esses atos como genocídio, pois, não se reconhece. Aqui no Brasil a existência de diferentes povos em seu próprio território e acredita-se em uma nação unificada³⁶ que não pratica o racismo.

A autora Flauzina (2006) apresenta que esses atentados contra a juventude negra quando cometidos por agentes de segurança pública se tornam legítimos e são reforçados por um sistema racista “legitimada/tolerada a pena de morte dentro dos limites impostos pela ideologia da defesa social. Desta maneira, o discurso do extermínio ingressou no espaço do politicamente coreto, um espaço há muito tempo ocupado pelo racismo no Brasil.” (p.115). Um desses mecanismos utilizados pela polícia é “o auto de resistência [que] possui como alvos quase exclusivos jovens pobres e negros.” (LIMA, 2014 p.108). A autora apresenta que este que estava cogitado a ser erradicado com o projeto de lei 4.471/2012, no entanto, por falta de quórum não foi aprovado no Plenário Federal.

Para a afirmação desse processo genocida no Brasil, que não é um problema contemporâneo³⁷, Flauzina (2006) elenca alguns argumentos. Primeiramente o genocídio não ocorre somente mediante um estado de guerra “os processos de extermínio em massa também se dão em momentos de ‘paz’, indicando a existência de práticas genocidas internas, em que o institucional age mesmo sem o apelo de uma rivalidade expressa” (p.119),

a população negra no Brasil está submetida a esse tipo de procedimento. Dos homicídios irrefutáveis, passando pelas situações descritas que comprometem física e mentalmente os indivíduos e todas as debilidades forjadas para a sua fragilização e morte, chegando às práticas de esterilização que procuram evitar a reprodução da vida do segmento populacional. (FLAUZINA, 2006 p. 119)

³⁶Trecho retirado da entrevista para o programa “das lutas” publicado em 19 mar. 2014. Disponível em: [HTTPS://youtu.be/ xOgnNutKZcQ](https://youtu.be/xOgnNutKZcQ) Acesso em 28 jun. 2016,

³⁷“a exemplo do que ocorria com a vadiagem, uma criação do Estado que servia de base na criminalização dos espólios do escravismo visando impedir o usufruto da liberdade, o sistema penal na contemporaneidade também cria as condições para que sua atuação possa incidir sobre os corpos negros.” (FLAUZINA, 2006 p.116)

Nesse estado que teoricamente há uma democracia racial, não há como aceitar que exista genocídio contra os negros. No entanto “é interessante observar como do ponto de vista da resistência negra, o genocídio está há muito reconhecido.” (LIMA, 2014 p.121). Assim como existe o mito da democracia racial “a nossa sociedade corporifica uma recusa constante de se conscientizar dos fatos mediante a desculpa de uma sociedade ‘pacificada’” (LIMA, 2014 p.108). Acredita-se, pois, que esse processo inflige a nossa sociedade e além desse quadro de exclusão e desigualdades, há o genocídio cultural, entendendo este como um processo de destruição da memória e interrupção da reprodução cultural de grupos negr@s, será feito um recorte neste trabalho para analisar sua execução em instituições museais. Esse processo se apresenta em forma de silenciamento, exotismo, visão estereotipada, entre outros que reafirmam discursos em nossa sociedade, mas que podem ser combatidos pelos mesmos espaços.

2.2 Genocídio institucionalizado e experiências de enfrentamento

As representações das culturas negras foram de diversas formas repreendidas, excluídas e ressignificadas. São processos que se iniciaram com a diáspora negra, da saída da África e chegada ao Brasil, a criminalização de práticas como a capoeira, a religião até os discursos científicos que respaldavam a inferiorização racial.

Um desses processos pode ser visto no continente africano, que sofreu e sofre de forma violenta com guerras civis, genocídio político e econômico além do cultural. Sobre o tratamento do patrimônio africano é apontado que a visão “freqüentemente estereotipadas e pejorativas que foram construídas [...] têm sido reforçadas pelas representações que circulam na mídia” (MACHADO; ZUBARAN, 2013, p. 113). Como exemplo, ao acessar o site da UNESCO³⁸ (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*) se encontra um mapa com os patrimônios internacionais, é perceptível a intenção para escolha desses bens, com base em um pensamento eurocêntricos³⁹.

As marcações no mapa (Fig. 1) são divididas em quatro categorias: amarelo (patrimônio cultural), verde (patrimônio natural), verde e amarelo (patrimônio misto) e

³⁸ Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list> Acesso em: 17 ago. 2016.

³⁹ Simoni Scifoni (2008) apesar de trabalhar com a construção dos conceitos de patrimônio natural, mas que se aplica ao conceito geral de patrimônio, apresenta duas linhas. Uma se relaciona com a ideia da “monumentalidade”, intocado, para ser admirado e outro com o patrimônio “cotidiano”, fruto das relações sociais. Essa primeira corrente advinda da Europa foi a que se disseminou pelo mundo e influencia as determinações tomadas acerca do patrimônio, enquanto a segunda corrente ganha forças com as novas definições e políticas públicas.

vermelho (patrimônio em risco). Visualizando os pontos percebe-se a concentração de marcações na região da Europa. Com relação ao continente africano as poucas marcações que aparecem são predominantemente pontos vermelhos.



Fig. 1- Lista patrimônios internacionais. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list> Acesso em: 30 ago. 2016.

No total são considerados como patrimônios internacionais 1052 propriedades, sendo divididos em 203 naturais, 814 culturais e 35 mistos dos quais 34 são propriedades em fronteiras (estão localizadas em mais de um país), 55 estão em perigo e 2 foram retirados da lista⁴⁰. No diagrama vemos em percentual que a Europa e América do Norte abrigam 47% desses patrimônios, Ásia e Pacífico com 23 %, América Latina e Caribe com 13%, África com 9% e Países Árabes com 8%⁴¹. Na África apresentam-se 90 bens internacionais, sendo 48 culturais, 37 naturais e 5 mistos, em sua maioria referente a sítios arqueológicos e cidades antigas.

Ao visualizar a lista dos patrimônios em perigo, observa-se que as regiões que abrigam a menor quantidade de patrimônios são os que apresentam 69% dos bens que estão em risco. Países árabes possuem 21 patrimônios culturais em risco, na África são 4 patrimônios culturais e 13 naturais em risco⁴². Em suma pode-se notar o tratamento das culturas africanas de forma excludente, reflexo de fatores sociais, um “estrangulador cultural que impôs pela violência, direta ou indireta, os seus padrões culturais e valores sociais” (MOURA *apud*

⁴⁰ Informações retiradas do site da UNESCO, Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list> Acesso em: 17 ago. 2016.

⁴¹ *Idem*.

⁴² *Idem*.

ALMEIDA, 2014, p.132). E analisando alguns desses patrimônios, observamos que são referências ao passado da humanidade e seu surgimento. Marcelo Cunha aborda que na representação das populações africanas e afro-brasileiras “o discurso [...] situa-se sempre no pretérito, a cena e o fato são apresentados sem perspectivas de continuidade, como se seus nexos tivessem sido deslaçados e rompidos na continuidade histórica de tais povos e culturas” (CUNHA, 2006, p.99). Situação que desconsidera a heterogeneidade de povos e suas manifestações contemporâneas.

Scifoni (2008) analisa os dados com relação aos patrimônios de 2005 do site da UNESCO. Também aborda a questão da desigual distribuição dos bens, apontando que além das explicações científicas há posicionamentos políticos que predominam nessas escolhas, “entende-se que há outro caminho possível para a interpretação desses dados e que implica numa leitura política, ou seja, feita a partir do quadro das relações internacionais” (p.37). Essas conceituações atribuem valores a determinados bens a partir de uma visão que gera uma exclusão de culturas que não se encaixam naquelas definições.

A patrimonialização de bens no Brasil, também teve seus fundamentos embasados na visão eurocêntrica e elitista como é tratado pela autora Maria Fonseca (2009) que traça um histórico desse processo do patrimônio do Brasil. Fonseca, analisa os contextos dos principais acontecimentos sobre a proteção do patrimônio, como a criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio) em 1936 e sua renovação na década de 70. Foram fatos que influenciaram e ainda influenciam a seleção desses bens.

Uma das principais influências para se pensar a preservação de monumentos foi o movimento modernista, onde se iniciou a discussão sobre patrimônio histórico e artístico. O decreto lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, teve como base o anteprojeto de Mário de Andrade, um dos pensadores desse movimento. Foi uma das primeiras legislações que visavam a proteção de bens atribuídas a instituição. Juntamente com esse novo governo o intuito do movimento era “criar uma cultura nacional homogênea, que propiciasse a identificação dos cidadãos com a nação” (FONSECA, 2009 p.86). A autora ainda aponta que a orientação para as políticas desenvolvidas pelo SPHAN, seguiam as tradições européias de visão do patrimônio nacional, essa exclusão de bens que não era produzido pela elite, começou a ser criticada a partir da década de 70:

Falar de uma demanda social em termos da constituição de um patrimônio cultural da nação é bastante problemático, sobretudo em uma sociedade como a brasileira, na qual, ao lado da pluralidade dos contextos culturais, existem profundas desigualdades econômico-sociais, e a autonomia de uma

esfera cultural sequer faz sentido para alguns grupos da sociedade nacional. (FONSECA, 2009, p.24)

Essa exclusão, segundo Fonseca (2009), era questionada devido os critérios de seleção, autenticação e restauração que concentravam o tombamento de patrimônios. O “patrimônio cultural não consagrado” se enquadrava apenas enquanto valor etnográfico “a ser identificado com a ótica das classes dominantes [...] o tratamento que essas produções recebiam, consideradas manifestações exóticas ou típicas de contextos culturais ‘atrasados’” (FONSECA, 2009 p.203). Além dessa problemática, havia até 1986 nenhum bem representativo da cultura afro-brasileira tombado. Fez-se necessário, portanto a inclusão desses bens como patrimônios históricos, atendendo também a outra demanda, inserção de patrimônios da cultura negr@:

Ter um bem de sua cultura tombado pode significar, para grupos econômicos e socialmente desfavorecidos, benefícios de ordem material e simbólica, além de demonstração de poder. Os tombamentos de bens representativos da presença negra no Brasil [...] foram conduzidos por grupos vinculados aos movimentos negros como verdadeiras lutas políticas. (FONSECA, 2009 p.180)

No ano de 1986, ocorreu então o tombamento do Terreiro da Casa Branca⁴³ na Bahia, primeiro bem representante da cultura negr@. O autor Gilberto Velho (2006), faz um relato do processo de tombamento a partir da sua concepção como integrante do conselho do IPHAN, apresentando os conflitos que essa inovação trazia ao propor um bem de religião afro-brasileira como representante nacional. Outro conflito apontado pelo autor, com relação a tentativa de não realizar o tombamento foi a alegação de não realizar patrimonialização de uma religião e diante da necessidade de proteção do terreiro poderiam ser utilizadas outras medidas que não o tombo. Gilberto Velho (2006) afirma a importância do tombamento pois “significava a afirmação de uma visão da sociedade brasileira como multiétnica, constituída e caracterizada pelo pluralismo sociocultural” (p. 240) e não uma sociedade criada a partir do ideário europeu.

Outros dois momentos com relação ao tratamento de grupos negros são apresentados por Sanci-Roca (2007), são eles: o das repressões sofridas por estes grupos, resultando na apreensão de objetos e documentos dos terreiros e a imposição da condição como raça inferior: “Rodrigues combatia as repressões policiais ao candomblé, argumentando que os

⁴³Gilberto Velho (2006) o descreve como “sítio, uma área de aproximadamente 6.800m², com as edificações, árvores e principais objetos sagrados, acompanhado de todas as medidas necessárias que efetivamente garantam a segurança desse patrimônio”. (p. 238)

negros, como raça inferior, não podiam ser sujeitos ao código penal como os brancos” (p. 100). Estes processos refletem em ações e instituições como a formação de acervos com esses objetos. Visualiza-se, assim, uma prática de genocídio cultural ao distorcer significados e atribuir valores de inferioridade a uma cultura:

Na maioria das vezes rendemo-nos diante da força da mídia que, maciçamente, naturaliza a violência racial contra a população negra em seus programas sensacionalistas, ridicularizando e inferiorizando a imagem desse grupo étnico-racial no trabalho, na educação, na religiosidade, no noticiário policial e até no exercício da sexualidade e orientação sexual. A mídia é apenas um dentre os muitos dispositivos de poder hegemônicos (ALMEIDA, 2014, p.132).

Essas práticas acabam sendo perpetuadas, de formas explícita e implícita. Os casos trazidos por Sanci-Roca (2007) foram ações de repressão no passado que formaram muitas das coleções atuais e podemos observar esse tratamento com relação ao patrimônio afro-brasileiro: “o pano de fundo que se movimenta e se transmuta historicamente são as ideologias raciais que estruturam as relações sociais no Brasil, sobre as quais se reafirmam os preconceitos e as práticas discriminatórias” (ALMEIDA, 2014, p.132). Situação que pode ser evidenciada em algumas instituições museais que em seus discursos, direta ou indiretamente, reverberam imagens de exclusão, no entanto, não se deve generalizar o pensamento, pois existem outras narrativas que quebram esse processo hegemônico.

Os museus podem ser palco para construção e exposições de ideias, as autoras Bonin e Kersten (2007) abordam a construção desses processos museais, questionando por quem e para quem: “a produção de significado na classificação de um museu é mistificada com a representação adequada, não como uma representação, dentre as inúmeras possíveis” (p.121). As autoras apresentam uma crítica a essa construção forjada de uma verdade única que é repassada para as comunidades.

A partir da visão histórica, Myrian Santos (2005) trata que “quando aceitamos como verdadeira a [...] representação, eliminamos a possibilidade de compreender histórias paralelas cujos atores não têm força ou poder para narrá-las” (p.40), sendo necessário, portanto, que se façam presentes outras histórias e não apenas uma oficial.

Ao tratarmos d@s negr@s nos museus algumas representações com discursos de inferiorização, estereotipação, exotismo e silenciamento são evidenciadas. Gonzales e Hasenbatg (1982) acreditam que esses espaços de comunicação veiculam e transmitem:

valores que, justamente com o mito da democracia racial, apontam para uma suposta superioridade racial e cultural branca. Vale notar que é justamente

por aí, por essa articulação entre mito e ideologia que se desenvolve o caráter disfarçado do racismo à brasileira. Daí se segue que pessoas negras [...] internalizam tais valores e passam a se negar enquanto tais, de maneira mais ou menos consciente (GONZALES; HASENBATG, 1982, p.54).

Estes discursos de inferiorização estão presentes de diversas formas nas práticas museais. A ideia que pretende ser afirmado acabará influenciando em todos os processos museológicos como na escolha do acervo para ser exibido⁴⁴, a forma que são expostos relacionados à qual contexto, reproduzindo, assim, de forma indireta uma fala que pretende ser reafirmada.

Santos (2005) e Almeida (2014) tratam as problemáticas sobre a perpetuação dessa fala discursos. De acordo com Myrian Santos (2005) “algumas das narrativas que discriminam os negros não são combatidas porque não são reconhecidas como tal” (p.42), assim como a ideia de que não existe racismo, ele não existindo não há como ser combatido. Relacionando-se com a primeira afirmação, Almeida (2014) destaca que “a consciência do processo de sujeição e exploração não tem sido suficientemente criticada para derrubar o projeto hegemônico em curso” (p.143), sendo necessário, portanto, o debate afirmando a existência dessas concepções, para que sejam confrontadas.

A narrativa sobre o período da escravidão é recorrente quando tratando d@s negr@s nos museus. Magali Almeida (2014) afirma que “a escravidão negra não pode ser esquecida porque, contra ela, houve muitas resistências: no Brasil. Isto se deu através de fugas, assassinatos, levantes e construção de quilombos” (p.141). Entretanto, esse tema aparece em narrativas variadas, na maioria das vezes apelam pelo exótico e chama atenção pelos objetos de tortura, contando a história a partir dos senhores e não dos escravizados. É uma história que não deve ser esquecida, mas que deve ter suas narrativas revistas.

Como tratado anteriormente, há diversas intersecções dentro do mesmo grupo. Joana Silva (2015), por exemplo, trata da representação das mulheres negras nos museus que geralmente são inferiorizadas ou estereotipadas. A autora afirma que é recorrente um mesmo discurso nas exposições quando “se refere a dispor peças que trazem uma representação das mulheres negras, esteja ela imbricada na temática, esteja como mero suporte expositivo na composição das salas” (p.40). A autora trata principalmente da construção dos discursos nas exposições “nesses locais, são os elementos narrativos na exposição que vão legitimar, ou

⁴⁴Joana Silva (2015) trata sobre a utilização dos objetos a fim de afirmar um discurso, tornando-o um documento de legitimidade, que vai ser recepcionado pelo público “o processo de significação dos objetos é interceptado pelos conceitos de verdade que os museus querem aferir nos seus discursos de memória, [...] o que vai interferir na leitura que será atribuída ao objeto e esse por sua vez, ganha o caráter de documento enquanto testemunho de uma veracidade” (p.77).

não, a permanência dessas mulheres na sociedade constituída cenograficamente, na condição de “coisa” ainda nos dias atuais” (p. 72). Relacionando também com a utilização descontextualizada dos objetos⁴⁵, que reforçam uma visão de superioridade de determinado grupo, a autora sugere, ainda, que esse discurso seja combatido ao direcionar a narrativa a possibilitar outras percepções por parte dos visitantes.

Também é visível nas instituições a ausência das produções realizadas por artistas negros. Santos (2005) levanta esta questão tendo como exemplo o Museu Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro: “o visitante tem muito pouca informação sobre o negro como artista e produtor da cultura nacional. Poderíamos dizer que o Museu é regido pelo lema de que a arte é universal e que o artista não deve ter rótulos” (p.42). Para tal análise, Myrian Santos trata da construção do acervo do museu em que houve uma tendência dos “os produtores de obras culturais voltadas para atender aos interesses de uma elite que se instalou no Brasil a partir da chegada de Dom João VI” (SANTOS, 2005, p. 45). É visível então um discurso de silenciamento resquício de um pensamento racista em que @s negr@s são reconhecidos como uma raça inferior, discurso que sobrevive em algumas instituições.

A mesma autora também trata do Museu da República, localizado no Rio de Janeiro, exemplificando outra representação comum d@s negr@s, “na mostra, o negro é basicamente representado quando se fala de cultura popular. Não há negros no poder constituído, na dita alta cultura ou nas armas” (SANTOS, 2005 p. 51). A mesma aponta que esse grupo é representado no “módulo da rua”, reservado para a cultura popular, que é colocada a parte, sendo apresentados com pessoas que não fizeram parte da política e economia do país.

Lisandra Machado e Maria Zubaran (2013) fazem um recorte espacial e tratam das representações d@s negr@s nos museus do Rio Grande do Sul. Traçam uma comparação entre duas instituições, o Museu Júlio de Castilhos e o Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre. As diferenças se encontram na formação dos museus e sobre a presença da representação d@ negr@ “enquanto no Museu Júlio de Castilhos o negro é representado como o ‘outro’, no Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre esse sujeito é o produtor de sua própria representação” (p. 98). No primeiro museu, a representação d@ negr@ se faz em sua maioria no período escravista, as autoras apresentam as tipificações que ocorrem nessa exposição, entre elas o silenciamento da cultura negra e a apresentação da história d@ negr@

⁴⁵Kersten e Bonin (2007) também discutem sobre o tratamento do objeto dentro das instituições “ao serem recontextualizados num museu, esses objetos podem exercer certo poder sobre quem os observa – poder dado também pelo próprio museu, como espaço que sacraliza objetos, redefinindo-os simbolicamente” (p.121).

apenas a partir da escravidão, também como resultado de um processo de ocultamento dos grupos negros na construção da história do estado.

Estes exemplos de instituições estão dentro de uma configuração contemporânea, mas que decorrem de influências de diferentes contextos no passado.

As memórias e narrativas sobre o passado podem ser responsáveis por práticas de exclusão e discriminação sem que sejam identificadas [...] a crença na superioridade da raça branca construídas pelas nações européias até as primeiras décadas do século XX; o mito do embranquecimento, através do qual se procurou eliminar, pela miscigenação, a raça negra, considerada inferior, na passagem do século XIX para o século XX; os estereótipos criados para o negro brasileiro, sambista e jogador de futebol, a partir dos anos; e, mais recentemente, a associação entre negro, pobreza e favela (SANTOS, 2005, p. 54).

Essas narrativas podem ser repensadas e reestruturadas. Deve-se romper com o tratamento homogeneizado do negro através do reconhecimento e abordagem das diversas culturas. Além da análise sobre quais são esses discursos que estão sendo produzidos, deve-se considerar também quem o produz e o porquê o faz. Myrian Santos (2007) aponta que no Brasil, a maior parte das instituições são públicas e financiadas pelo governo e, além disso, “cumprem a função de divulgar, para o grande público, narrativas, muitas vezes históricas, que fazem parte do grande imaginário que constitui a identidade da nação” (p.4). Um desses discursos é o da democracia racial e miscigenação, que homogeniza diversos grupos.

Em contraposição ao discurso de silenciamento e homogeneização, que constitui uma forma de genocídio, surgem ações de afirmação da identidade negra nos museus como resultado de movimentos sociais. São atos que geram novos debates e culminam na criação de novos museus bem como novos diálogos em museus já existentes:

De outro lado, a eclosão dos movimentos sociais no Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, também influenciaram as discussões em torno do papel social dos museus e da própria museologia. No contexto museológico, as ações afirmativas estão relacionadas ao reconhecimento e valorização dos patrimônios culturais afrobrasileiros e indígenas e estão vinculadas à construção de novos projetos expositivos (MACHADO; ZUBARAN, 2013, p. 106).

O museu possui tem potencial para participar da construção de novas narrativas que desconstruam discursos hegemônicos, são espaços que não apenas expõem os objetos, mas que podem elaborar novos discursos. Estas instituições “lidam com memórias coletivas [...] e na formação das identidades nacionais. [...] Indivíduos constroem suas identidades mediante o uso da memória” (CHAGAS; SANTOS, 2007, p.12). Joana Silva (2015) também aponta a

necessidade de novos discursos que apresentem as outras histórias e não apenas uma única versão que comumente observamos.

Sobre as novas construções na área de museus, Lisandra Machado e Maria Zubaran (2013) apresentam o Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre que teve sua primeira etapa inaugurada em 2011. O Museu é coordenado pelo grupo de trabalho Angola Jango e surgiu a partir de uma construção em conjunto com os grupos que estão sendo representados teve por objetivo “dar visibilidade à comunidade afro-brasileira através da construção de obras de arte idealizadas por artistas negros em espaços públicos no centro histórico de Porto Alegre, marcando visualmente os *territórios negros urbanos*” (p. 106). Este museu propõe um percurso que integra espaços da cidade, como centros culturais, assentamento de orixá e obras de artes que foram feitas pensando a representatividade de cada espaço.

O percurso compreende o Cais do Porto e antigos Ancoradouros; no Largo da Quitanda (Praça da Alfândega); no Pelourinho (Igreja das Dores); no Largo da Forca (Praça Brigadeiro Sampaio) e Esquina do Zaire (Av. Borges de Medeiros com Rua da Praia) entre outros espaços. As obras que foram criadas fazem referência a ligação com a África (pegada em formato do continente), o Tambor (localizado na praça onde ocorriam execuções de criminoso, incluindo os resistentes a escravidão) e o Bará (localizado no mercado central, representa relação entre o mercado e a religião)⁴⁶.

A construção desse museu exemplifica as práticas de uma Museologia Social, ao propor a construção conjunta de uma instituição que reafirma a identidade afro-brasileira que era silenciada no processo de construção histórica. E por estas obras estarem em um ambiente, que é visualizado no cotidiano das pessoas, possibilita um maior alcance do seu discurso.

O Museu Afro-Brasil também é uma instituição que propõe a quebra de discursos hegemônicos através do projeto expositivo e das ações culturais. Criado em 2004, na cidade de São Paulo, teve como precursor Emanuel Araújo⁴⁷ que apresentou o projeto a partir de sua coleção particular. Segundo Silva (2013), a intenção do museu é participar deste processo de desconstruir a visão d@ negr@ estereotipado e sua representação por meio do exotismo. Uma equipe multidisciplinar também participou, sendo de “diversas áreas e tinha como eixo de trabalho a criação de um espaço expositivo da experiência do negro, lutando contra uma visão que minimiza a herança africana” (GAMA, 2014, p.1). Localizado no Pavilhão Padre Manoel

⁴⁶Machado e Zubaran, 2013.

⁴⁷Nelson Silva (2013) discorre sobre Emanuel Araújo além de colecionador é artista, editor, diretor do Museu de Arte da Bahia e curador, “desde muito cedo Araújo havia alimentado interesse não apenas pela produção artística, mas também por reunir objetos que contivessem algum valor simbólico no que concerne às contribuições negras à cultura brasileira” (p.62).

da Nóbrega, dentro do Parque Ibirapuera, o museu é administrado pela Associação Museu Afro- Brasil⁴⁸.

Elizabeth Gama (2014) trata que a construção do acervo do museu propõe uma nova abordagem, pois não foi fruto de apreensões durante as repressões contra religiões afro-brasileiras. Além de possuir um “projeto educacional voltado para a construção de uma memória social diferenciada a partir da preservação do patrimônio cultural afro-brasileiro” (p.7). Cunha (2006) aponta também que o museu propõe uma nova leitura, onde @s negr@s não são estereotipados, “são nomeados os protagonistas negros da nossa história, que normalmente são citados como coadjuvantes [...] fugindo do lugar comum e recorrente das suas representações” (p.235). Essas ações configuram-se e possibilitam um espaço para discussão das outras histórias apresentando para o público novas narrativas no intuito de enfrentar o genocídio.

A respeito dessas novas práticas de tratamento do patrimônio afro-brasileiro, há o trabalho do Museu Afro-Brasil e MAFRO/UFBA. Apesar de terem sido formados em períodos diferentes, “as criações dos museus afro-brasileiros em Salvador e em São Paulo indicam mudanças radicais na forma de representar o negro. O objetivo desses museus é divulgar uma nova imagem do negro para o grande público” (SANTOS, 2005, p.41). Essas instituições possuem em comum a construção de seu acervo não advindo de repressões e prezam por valorizar o patrimônio afro-brasileiro a fim de inseri-lo na história do país, tornando-se assim, estratégias de enfrentamento do genocídio simbólico das populações afro-brasileiras.

⁴⁸“qualificada como OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e teve o apoio, por meio de Termo de Parceria, da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo e supervisão da Divisão de Iconografia e Museus – DIM / DPH.” (Plano Museológico do Museu Afro Brasil, 2011, p.6). Caracteriza-se como uma entidade privada e de caráter público.

3. NOVOS ARES DO FAZER MUSEOLÓGICO

“No Brasil se mata negro como se mata barata”.⁴⁹
Hamilton Borges

A frase citada é uma representação da atualidade e nos leva a pensar sobre a situação d@s negr@s no Brasil e foi dita por Humberto Borges um dos integrantes da campanha Reaja que trabalha na denúncia do genocídio negro. Ele prossegue afirmando que não podemos deixar isso acontecer, nós enquanto sociedade, e podemos incluir nós enquanto instituição a favor da sociedade.

Por essa razão, neste ultimo capítulo serão tratadas práticas dentro do museu que evidenciam um diálogo com a Museologia Social, fazendo um recorte para o Museu Afro Brasileiro da Universidade Federal da Bahia (MAFRO/UFBA). Ele é construído a partir de mudanças ocorridas nos anos de 1970 e 80, influenciadas principalmente pelos movimentos sociais que reivindicavam seus direitos e espaços, em uma interação com os países Africanos. A criação do museu ocorreu mediante conflitos, sobretudo devido a sua localização na Escola de Medicina da Bahia, fator que implicou na redução do espaço que o museu iria ocupar inicialmente.

Seu acervo é formado por peças originárias de países africanos, adquiridas por encomendas, fazem referências as manifestações religiosas e do cotidiano. Além da compra desses objetos africanos a composição do acervo teve colaboração da comunidade que doou peças religiosas e ligadas a praticas da capoeira no Brasil.

O museu vem se afirmando como espaço de resistência por não reproduzir o discurso estereotipado do negro e apresentar a cultura afro-brasileira de forma positiva. Discurso que está presente nas atividades, bem como nas exposições de curta exposição. “MAFRO pela vida, contra o genocídio da juventude negra”, que aqui deteremos, trata-se de uma exposição que propôs uma discussão sobre as formas de genocídio.

A exposição contou com a participação dos movimentos “Reaja ou será mort@” e da “Anistia Internacionais” são grupos que desenvolvem ações no combate ao genocídio. Através de instalações, a exposição buscou denunciar o extermínio de jovens negr@s, bem como promover uma reflexão sobre o assunto.

⁴⁹ Trecho da entrevista com Hamilton Borges do REAJA, programa espelho publicado em 20 de novembro de 2015. Disponível em: <https://youtu.be/TMGqlrsQ9Q> Acesso em 26 set. 2016.

3.1. Museu Afro-Brasileiro/UFBA

As décadas de 1970 e 80 foram marcadas pelo auge do movimento pós-moderno, que surgiu em oposição ao modernismo, este último teve como característica no Brasil, por exemplo, a valorização do nacionalismo e a construção de uma identidade brasileira. Foi também um período de surgimento de grupos sociais que eram contra a hegemonização da cultura “foi no contexto da década de 1970, de grande importância para a valorização das comunidades afrodescendentes no Brasil, em que ocorria na Bahia o fortalecimento do Movimento Negro” (CUNHA, 2006, p. 96). No campo dos museus temos importantes passos para construção da Nova Museologia⁵⁰.

Nelson Silva (2013) aponta que nesse período o Brasil procurava estabelecer uma política de relacionamento com países africanos e isso influenciou as áreas da cultura:

Note-se que o estabelecimento dessas aproximações pautadas, sobretudo, por interesses que se explicam no plano da política internacional, acabaram colaborando para que ações em outras áreas, como no âmbito da cultura, se concretizassem. Óbvio que o reconhecimento dos laços históricos entre o Brasil e determinados povos africanos, mais do que um gesto fraterno, representava argumento convincente, ao mesmo tempo em que os governantes brasileiros garantiam a hegemonia do país nestas articulações (SILVA, 2013, p.98).

O MAFRO/UFBA é pensado neste contexto de mudanças de pensamento, onde se entende a importância de uma instituição para a afirmação desses novos discursos. A criação de um museu que tivesse como propósito a divulgação cultural de produções africanas e orientais era um dos objetivos do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), inaugurado em 1959. O CEAO foi a “primeira instituição destinada à produção de conhecimento sobre o continente africano no país. E se destacou [...] pelo fomento ao intercâmbio acadêmico e cultural entre Brasil e África”(MATOS, 2012, p.75). Os trabalhos da CEAO receberam incentivo após um convênio com a Universidade Federal da Bahia, o Governo da Bahia, a Prefeitura de Salvador e Governo Federal, que criou o “Programa de Cooperação Cultural entre o Brasil e os Países Africanos e para o Desenvolvimento de Estudos Afro-Brasileiros”.

⁵⁰ Essa construção da Nova Museologia foi marcada por encontros como a Mesa Redonda de Santiago do Chile em 1972 que discutiu o museu como parte integrante da sociedade e que deve desenvolver suas atividades em prol desta comunidade. Assim como a Declaração de Quebec- Canadá em 1984, onde foi reconhecido o Movimento da Nova Museologia, que se oficializou no II Encontro Internacional da Nova Museologia no ano seguinte. (PRIMO, 1999)

Esse programa resultou de esforços do governo em manter relações com o continente africano⁵¹ possibilitou também um intercâmbio de estudantes e pesquisadores:

No último ciclo do regime autoritário, em um país ainda refém da violência política, nasce, no ano de 1982 em Salvador um museu cuja vocação, segundo seus idealizadores, era, entre outras possibilidades, a de fortalecer as relações entre a diáspora africana no Brasil e o continente africano. Aspiração contemplada, ao menos no que se refere ao legado de algumas culturas africanas que ajudam a explicar a participação negra na formação da cultura brasileira. (SILVA, 2013, p.97)

Inaugurado em sete de janeiro de 1982, o museu teve como um dos principais proponentes Pierre Verger⁵², “sua paixão pelo candomblé transformou-se em pesquisa etnográfica, não só na Bahia, mas essencialmente na África, em Benin e na Nigéria [...] para ele, o candomblé é arte e cultura, não patologia” (SANCI-ROCA, 2007, p. 103). Dora Galas (2015) ainda destaca a participação de Verger ao viabilizar através de seus contatos, a construção do acervo e abertura do museu.

Silva (2013) aponta que a instauração do Museu ocorreu em meio a conflitos, visto que ainda predominavam linhas tradicionalistas tanto político como social o “percurso até a criação [...] foi marcado por tensões que podem ser explicadas em razão da ausência de convicção de outros setores acerca do significado de ações culturais daquele momento” (p. 98). Um dos pontos de tensão é o da ocupação do espaço físico que foi reduzido em comparação ao projeto inicial devido a localização na Escola de Medicina da Bahia. Inicialmente o projeto propunha um acervo com representações de diversos lugares do país, Segundo Sanci-Roca (2007), o que não foi possível pela dificuldade em montar o acervo mediante os conflitos que circundavam a ideia do museu e sua ocupação física.

Dora Galas (2015) aborda os processos de formação do acervo que se deu por duas vias uma foi através da compra de objetos africanos e a outra através de doações de “agentes sociais locais, com destaque para o chamado *povo de santo*” (p. 123), demonstrando a participação da comunidade o que possibilitou “um encontro possível entre os visitantes e os patrimônios do homem brasileiro. Patrimônios integrados ao cotidiano, atestadores da história não oficial” (LODY, 2005, p. 210). Essa atuação em conjunto da comunidade na construção do museu assim como do seu acervo também é resultado, de acordo com Galas (2015), de

⁵¹Galas (2015) aponta que essa aliança com a África também tinha “o objetivo de incrementar o comércio internacional com aquela região” (p. 121).

⁵² Nasceu em Paris (1902-1996). Começou a viajar e fotografar pelo mundo em 1932. Chegou a Salvador em 1946. Interessou-se pelo candomblé, iniciou uma pesquisa que culminou em uma pesquisa pela África. (MATOS, 2012)

uma necessidade de espaços culturais que representassem a comunidade negra, a partir de seu próprio discurso e não a partir de uma narrativa realizada pelo outro.

O seu acervo também é composto por coleções sobre capoeira com objetos dos Mestres Bimba, Cobrinha Verde e Pastinha. Raul Lody (2005) aponta ainda a presença de vestimentas, jóias doadas por terreiros, entalhes em madeiras e tecelagens. Segundo Galas (2015), os processos de formação e documentação do acervo são indícios da nova abordagem trazida pelo museu ao tratar das produções afro-brasileiras.

Romper com o discurso estereotipado d@s negr@s é um dos objetivos do museu. De acordo com Myrian Santos (2005), o museu consegue se distanciar das representações comumente feitas por meio de objetos de tortura, que chamavam atenção pelo exotismo, passando a expor de forma positiva a cultura afro-brasileira. O museu, pretende então:

tratar a contribuição africana na formação cultural brasileira, explicando processos aculturativos no Brasil, produzindo descrições etnográficas dos povos africanos, propiciando a coleta, restauração e preservação de bens culturais afro-brasileiros, visando também incentivar o artesanato e outras manifestações culturais de origem ou de inspiração africana. (CUNHA, 2006, p. 92)

Sobre o discurso expositivo, Cunha (2006) aponta que um dos problemas enfrentado pelo museu foi a contextualização de peças como esculturas e máscaras. Estes objetos por não estarem no seu contexto “perdem significados originais, acarretando a necessidade de linguagens complementares que possibilitem um entendimento” (p. 98). Ainda sobre o discurso expositivo, o mesmo autor apresenta que um dos objetivos foi não reproduzir o sincretismo religioso entendendo que “o fugir de uma abordagem, recorrendo ao sincretismo catolicismo x candomblé, não está ligado a uma vontade de negá-lo e desconhecê-lo enquanto prática secular de encontro de cultura” (p.100), mas se pretendia tratar as religiões afro-brasileiras de forma autônomas e não subordinadas ao catolicismo.

O museu traz seu discurso de afirmação da identidade afro-brasileira através de suas ações, exposições, entre outros. Por ser um museu vinculado a UFBA, o MAFRO possibilita desenvolvimento de ações com a comunidade universitária, “espaço privilegiado para o desenvolvimento de pesquisas e realizações de projetos” (CUNHA, 2006 p. 101) Para exemplificar trataremos de algumas atividades ocorridas no MAFRO. Marcelo Cunha, durante a palestra no 1º Congresso Nacional do Patrimônio Histórico (CONAPHI), tratou de três exposições de curta duração ocorridas no museu e que mostram esse envolvimento com a comunidade e os novos discursos.

A exposição temporária “Exu, outras faces” inaugurada em 2013, foi estendida por mais três anos, trazendo para o público outras visões sobre o orixá, que muitas vezes é distorcida. A exposição “teve como propósito conceitual instigar o público, através de uma experiência museal, de reconhecer-se na sua cultura, em aspectos que muitas vezes são considerados estranhos, evitando conceitos cristalizados” (CUNHA; FREITAS, 2014, p. 192). Marcelo Cunha (2016) relata uma experiência da exposição onde o público espontaneamente fez oferendas para Exu, em uma das esculturas expostas, o que demonstra a interação do sujeito com a obra, resultado de um reconhecimento com o tema abordado.

Em Junho e Julho de 2016 ocorreu a exposição de Aislane Nobre “imagens da ancestralidade em tramas da pele”⁵³, construída a partir da representação das cores de sua pele e dos familiares, uma reflexão sobre a herança de seu avó, o racismo e como aponta Cunha (2016) a importância das cores de sua pele.

Outra exposição realizada pelo museu e que promove uma discussão atual sobre problemas da nossa sociedade foi “MAFRO pela vida contra o genocídio da juventude negra”, objeto de estudo deste trabalho, será tratada no próximo tópico. A mostra temporária abordou o tema de forma diferente, pois, não se utilizou de objetos do acervo do museu e sim de um discurso que provoca reflexão sobre o assunto. Como visto, o genocídio atinge a juventude negra de diversas formas e precisa ser debatido, o museu trouxe essa discussão para seu ambiente, atendendo tanto uma necessidade da comunidade a qual ele faz parte como provocar visitantes do museu. Como aponta Marcelo Cunha (2016), a exposição provoca no visitante um choque, mas ao mesmo tempo esperança.

Além de serem espaços para reverberação de discursos através de suas exposições, seu acervo ou ações, os museus são potenciais construtores de novas narrativas que dialogam com os interesses e necessidades da comunidade da qual ele faz parte. Vimos, portanto, as diferentes interpretações que o museu possibilita. Como um espaço de educação, pode influenciar as novas gerações a desconstruírem os discursos formados.

Segundo Maria Das Graças De Souza Teixeira, atual diretora do MAFRO, o objetivo definido do museu em sua construção foi o de “interlocução com as culturas de países africanos e ser um espaço de diálogo com todos os seguimentos da comunidade negra”⁵⁴. Na

⁵³ Disponível em: https://www.agenda.ufba.br/?tribe_events=exposicao-imagens-da-ancestralidade-em-tramas-da-pele Acesso em 16 ago. 2016.

⁵⁴ Trechos retirados da entrevista com Maria das Graças de Souza Teixeira, diretora do MAFRO, concedida em dia 27 set. 2016.

prática, durante sua gestão o museu segue a definição do IBRAM⁵⁵ no que diz respeito à instituição a serviço da sociedade, dialogando assim com a Museologia Social. Tratando da função do museu nessa nova perspectiva, Leite (2015) aborda que passa a se preocupar com “resultados dos processos sobre a sociedade” (p.2), os impactos que o museu tem em sua comunidade e como isso pode auxiliar em sua missão.

São apontadas por Graça Teixeira as possibilidades e potências do museu na prática da Museologia Social devido à sua capacidade de se adaptar a diferentes demandas, além de desenvolver suas ações no campo museal como exposições e conservação, sendo o MAFRO um “espaço de resistência” até por sua localização na Faculdade de Medicina. O museu dentro dessas mudanças também assume outras funções e mantém outras relações com o público, os objetos, patrimônio e os profissionais.

Com relação ao público do museu, a diretora assinala que grande parte é o escolar, houve até um acréscimo no número de visitas com a Lei 10.639/03 para ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. A faixa etária é diversa, recebendo desde ensino fundamental ao ensino superior. Sua localização no centro histórico de Salvador ocasiona também a visita de turistas. Sobre os visitantes, Anico (2005) aponta que a mudança no âmbito dos museus “conduziu a importantes transformações no seu relacionamento com os visitantes, cada vez mais perspectivados como leitores e consumidores activos da oferta cultural dos museus” (p.81). São visitantes que não levam apenas *souvenir*⁵⁶, se estabelece uma relação de trocas de reflexões.

Pensando o museu neste contexto contemporâneo, seu objeto passa a ser não apenas aquele bem tombado, eles são considerados documentos e analisados a partir de outras perspectivas, “o museu é um espaço de poder e conflito, de reflexão, se preserva os suportes de memórias são documentos da trajetória de vários grupos e sujeitos que estiveram e estão aqui”⁵⁷. A função dos profissionais dos museus, nesse processo de inovação, também é repensada, Pedro Leite (2015b), aponta que o museólogo (entendemos também os outros profissionais envolvidos) “já não é aquele que detém um saber específico que lhe permite tomar decisões de legitimação” (p.5), tornando-se também um ator social.

⁵⁵“Art. 1º Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.” (Lei nº 11.904 de 2009, p.1)

⁵⁶ Leite (2015b) trabalha sobre o museu como espaço de reflexão, sendo que “o importante do museu não é o souvenir que trouxemos da loja, mas sim aquilo que nos tocou.” (p.3)

⁵⁷Trechos retirados da entrevista com Maria das Graças de Souza Teixeira, diretora do MAFRO, concedida em 27 set. 2016.

Uma das ferramentas que a diretora Graça Teixeira aponta ser utilizada no museu que é a escuta que “possibilita trabalhar com e não para a comunidade. Essa escuta é feita por parte dos estagiários durante as visitas, conversa fora e dentro do museu” ⁵⁸. A partir dessa ferramenta da escuta, a interação com os diversos grupos é possibilitada. Leite (2015b) aponta que os movimentos sociais são ativos no processo de releitura das memórias nos lugares públicos, sendo importante pensar como os museus estão aceitando, ouvindo e possibilitando alterações “os protagonistas destes movimentos transportam novas formas de organização social e mobilizam novas formas de trabalhar a memória social que ocupa o espaço público” (p.2). Possibilitando haver encontros e novas construções de exposições dentro e fora do museu.

Pedro Leite (2015, 2015b) e Mário Chaga (2011) trabalham com a perspectiva da participação dos movimentos sociais na Museologia Social. Além da influência desses grupos nas mudanças sociais⁵⁹ na segunda metade do século XX esses movimentos estão presentes nas novas construções de museus. Leite (2015) aponta que para além da eficácia dos resultados desses grupos (dentro do processo de inovação do campo museal), há de se considerar:

A experiência de viver em processo e a aprendizagem de tomar voz, de encontrar outras vozes e de em conjunto procuraram caminhos constituem, em muitos casos caminhos de liberdade que vão sendo, localmente construídos, mostrando a diversidade das experiências. (p.9)

Para Chagas (2011), os museus “se apresentam como práticas comprometidas com a vida” (p. 7) e em sua relação com os movimentos sociais é necessário pensar além da presença da comunidade no ambiente museu, “não basta lutar para que os movimentos sociais tenham acesso aos museus. Isso é bom, mas ainda é pouco. O desafio é democratizar a ferramenta museu e colocá-la ao serviço dos movimentos” (p. 6). Pois sem a democratização do uso, a comunidade continuará sendo um visitante espectador.

Para a realização da exposição “MAFRO pela vida contra o genocídio da juventude negra”, Graça Teixeira apontou a necessidade da relação com grupos que tratassem do tema. Os grupos foram a Campanha “Reaja ou será mort@” da Bahia, que tem trabalhado com a questão do genocídio e o grupo Anistia Internacional que ofereceu um suporte de dados.

⁵⁸ *Idem.*

⁵⁹ “Foram os movimentos sociais que consolidaram os direitos sociais: os direitos da mulher, do negro e das minorias, foram reconhecidos depois de uma intensa organização de demonstrações e campanhas de sensibilização da opinião pública.” (LEITE, 2015, p.3)

“Reaja ou será mort@” não se denomina como ONG ou com filiação partidária e sim como uma campanha. Andreia Beatriz Silva, participante da campanha, aponta que o princípio de atuação deles é a vida da população negra, principalmente diante das mortes de jovens negr@s⁶⁰. O trabalho da campanha envolve a denúncia de um processo genocida que vem desde a escravização e que está presente na sociedade atual, motivado principalmente pelo racismo. O lema da campanha que surge em 2005 é apresentado como “pela vida, contra o sexismo, contra a homofobia, contra o racismo”.

Sobre o contexto da criação do Reaja, Humberto Borges, também participante da campanha, aponta que em 2005 divers@s jovens negr@s estavam morrendo nas comunidades e não teve uma grande repercussão ou comoção⁶¹. Perceberam então a necessidade de partir deles a iniciativa de defender esses jovens, como descrevem no texto de abertura da campanha, “resolvemos fazer uma articulação entres nossas comunidades e os movimentos sociais negros para politizar nossas mortes, colocar em evidência a brutalidade policial” (REAJA, p. 1)⁶². Borges ainda explica que a palavra “Reaja” trata-se de uma palavra de ordem do movimento negro unificado, acabou sendo utilizada como emblema para a campanha “Reaja ou será mort@”.

Suas ações são voltadas para “acabar com a visão integracionista” onde acredita-se de governo abarca a necessidade de todos, mas que realmente não ocorre, sendo necessários “avanços reais que cheguem para toda a população”. Eles atuam também junto ao sistema prisional a partir de políticas públicas, visando a ressocialização dessas pessoas, além de auxílio às famílias.

A campanha também trabalha na denúncia da morte de jovens, como Humberto afirma, ocorre um silenciamento tanto morte quanto encarceramento de pessoas em suas idades mais produtivas. Sendo apontada a necessidade de se falar sobre esses assuntos, para quebrar o silêncio e a impunidade e além da denúncia a campanha objetiva, “não ficar parados na utopia [...] nós estamos construindo com picaretas abrindo estrados e campos de outra possibilidade de sociedade”⁶³. Neste processo de denúncia e a luta, a Museologia e o museu têm potencial para ser um campo de atuação.

⁶⁰ Trecho retirado da entrevista par o programa “das lutas” publicado em 19 mar. 2014. Disponível em: [HTTPS://youtu.be/ xOgnNutKZcQ](https://youtu.be/xOgnNutKZcQ) Acesso em 28 jun. 2016.

⁶¹Trechos da entrevista com Hamilton Borges do REAJA, programa espelho publicado em 20 de novembro de 2015 Disponível em: [HTTPS://youtu.be/TMGqlrsQ9Q](https://youtu.be/TMGqlrsQ9Q) Acesso em 26 set. 2016.

⁶²Texto de apresentação da campanha REAJA.Disponível em: <http://reajanasruas.blogspot.com.br/p/quem-somos.html>Acesso em: 28 jun. 2016.

⁶³Trechos da entrevista com Hamilton Borges do REAJA, programa espelho exibido em 20 nov. 2015. Disponível em: [HTTPS://youtu.be/TMGqlrsQ9Q](https://youtu.be/TMGqlrsQ9Q) Acesso em 26 set. 2016.

A Anistia Internacional, segundo Graça Teixeira, é um grupo que tem cobrado do governo ações mediante os diferentes atentados contra a vida d@ jovem negr@. Colaborou com a exposição, oferecendo dados sobre o genocídio. O grupo se define como um movimento Internacional que

realiza ações e campanhas para que os direitos humanos internacionalmente reconhecidos sejam respeitados e protegidos. O compromisso da Anistia Internacional é com a justiça, a igualdade e a liberdade. A organização é independente de qualquer governo, ideologia política [...] Para a Anistia Internacional, quando o direito de uma pessoa é violado, o de todas as outras está em risco.⁶⁴

A participação desses grupos que estão envolvidos no tema foi importante, segundo Graça Teixeira, para que a exposição não tivesse um caráter apelativo. Por se tratar de memórias de um momento doloroso, o discurso ao invés de se tornar uma denúncia contra a prática de genocídio, poderia caminhar para o exotismo.

3.2 Reflexão e esperança: a exposição do MAFRO e os caminhos contra o genocídio

O tema sobre genocídio já havia sido abordado no MAFRO em 2014, ano anterior à realização da exposição. A intervenção denominada “Réquiem aos meninos negros” na sala Carybé, trazia uma reflexão sobre o genocídio da juventude negra. Graça Teixeira conta que foi chamado o Padre Gilson Magno “ele começou a falar como se tivesse encomendando aquelas almas (termos católicos)”⁶⁵. Na sala havia um caixão com flores e um lençol com macha de sangue, Graça Teixeira relembra que no momento havia uma escola, cada aluno recebeu um foto de algum jovem que havia morrido, por um movimento espontâneo, os alunos colocaram as fotos dos jovens junto ao caixão.

Graça Teixeira informou que no museu todo ano é escolhido um tema, o de 2015 era “saúde e bem viver” com “ações a partir de projetos voltados para a discussão sobre saúde e bem viver, incluindo aí um dialogo com profissionais da medicina acadêmica e as pessoas das comunidades tradicionais a exemplo das benzedeiras” (SANTOS, TEIXEIRA, 2015, p. 7). No entanto, no mesmo ano ocorreu a chacina do Cabula, em fevereiro, a diretora apontou que “já

⁶⁴Disponível em: <https://anistia.org.br/conheca-a-anistia/quem-somos/> Acesso em 28 jun. 2016.

⁶⁵Trechos retirados da entrevista com Maria das Graças de Souza Teixeira, diretora do MAFRO, concedida em 27 set. 2016.

tinha a intenção de fazer uma exposição sobre a violência contra negro, mas não imediatamente, com o ocorrido viu-se a necessidade de se realizar.”⁶⁶.

Essa readaptação de tema para atender a um problema verificado na sociedade pode ser relacionada com um dos princípios apontado por Pedro Leite (2015b), dentro das novas práticas, que é o da flexibilidade: “o futuro não pode ser cristalizado numa ideia estática ou pré-definida. A prática gera uma riqueza de informação que deve ser incorporada a cada momento no processo” (p.11). O museu adepto dessas novas práticas difunde e constrói essa característica da sociedade que se reinventa todo dia.

Ao tratar sobre o tema genocídio, Graça Teixeira aponta que não foi utilizada a definição enquadrada pela lei “e sim o que o povo negro entende como genocídio, [que] são várias mortes e não apenas a letal, e sim sobre a vida que diariamente é ceifada.”⁶⁷. Foi definido o genocídio:

não apenas o extermínio sistematizado dos jovens negros tendo como principal causa à morte letal provocada pela ação violenta da polícia e/ou de facções criminosas, mas toda e qualquer forma de violação de direitos por parte do Estado e da sociedade em geral. Desse modo, defendemos que denunciar, alertar e discutir o problema das diferentes formas de genocídio. (SANTOS, TEIXEIRA, 2015, p. 2)

A abordagem do tema genocídio tanto na intervenção como na exposição demonstra que o museu (compreendendo a equipe envolvida que desenvolve o trabalho), atendendo ao princípio de estar aberto e buscando assumir “um processo de colocar perguntas pertinentes para as questões relevantes da comunidade” (LEITE, 2015, p.3). Sendo um espaço para afirmar que o genocídio está acontecendo e é necessário buscar soluções para esse conflito.

A diretora também apontou participação de toda a equipe, dos funcionários assim como dos estudantes, tanto no processo de coleta de informação junto aos movimentos, como no de planejamento da exposição, mudando seu projeto inicial. Segundo Graça Teixeira, o museu é “espaço que reflete a questão do negro. O museu, a equipe que utiliza a ferramenta da escuta, tem que trabalhar com o que a comunidade demanda”. Não sendo necessariamente uma demanda direta, como foi no caso da exposição sobre o genocídio a “comunidade não veio aqui, dizendo que queria uma exposição sobre genocídio, mas é o nosso compromisso como profissional.”.⁶⁸

⁶⁶ *Idem*

⁶⁷ *Idem*

⁶⁸ *Idem*

Inaugurada em março de 2015, a exposição de curta duração “MAFRO pela vida contra o genocídio da juventude negra” utilizou instalações, depoimentos⁶⁹, músicas e performances como forma de reflexão sobre o tema genocídio. A diretora aponta que a participação dos artistas ocorreu de forma espontânea. Participaram então Aislane Nobre e Alex Igbó que eram mediadores, Samuca Santos, grafiteiro e Léo Ornelas que é fotógrafo da REAJA (Fig.2).



Fig. 2- Mães de jovens mortos na chacina do Cabulo se abraçando em uma manifestação em protesto à Chacina no Cabula, foto de Léo Ornelas utilizada na exposição. Foto: Joseania Miranda Freitas, 2015.

Sobre os textos da exposição, Carlos Moore⁷⁰ comparece com o texto de abertura “estão matando nossos jovens”, tratando do extermínio e da invisibilidade dessas mortes:

⁶⁹Havia dois vídeos um com a atriz Camila Pitanga pela campanha da Anistia Internacional “jovem negro vivo” e o outro era com falas do Hamilton Borges e Andrea Beatriz da campanha Reaja.

⁷⁰“Doutor em ciências humanas e em etnologia pela Universidade de Paris e chefe de Pesquisa na Escola para Estudos de Pós-Graduação e Pesquisas na Universidade do Caribe, em Kingston, na Jamaica [...] Moore traz a grande experiência de quem participou do processo revolucionário cubano e acompanhou de perto os momentos cruciais da luta dos negros por direitos civis nos Estados Unidos, nos anos 1960. Moore também morou na África, onde foi consultor para assuntos latino-americanos do secretário geral da União Africana. [...] Para ele, o

Existe a Geografia do terror absoluto.
O Negro conhece seus íntimos continentes, suas ilhas, as mais recônditas.
Existe a Matemática da brutalidade total.
O Negro já esgotou todas as suas equações e variantes exponenciais.
Há a Geometria do genocídio sistemático [...]
Estão **matando** nossos jovens diante dos nossos próprios olhos.
E nós ainda nos perguntamos se foi ou não **auto de resistência** de bandidos.
Mesmo que fosse... Como se bandido também não tivesse direitos, dentre eles o de ser julgado por um tribunal [...] em lugar de ser caçado e abatido como um javali.
Estão **exterminando** os nossos jovens.
Acontece dia a dia, sem que nós nos levantemos em massa, para fazer isso **parar**, com os nossos gritos airados e nossas marchas cidadãs [...] (Texto de abertura da exposição- Carlos Moore, 2015, grifos do autor)

No texto feito pela equipe do museu, Graça Teixeira informa que foi colocado o posicionamento contra as injustiças e malefícios da sociedade. Apresentando sua função na sociedade, não apenas de forma teórica, como também a prática:

Denunciar, alertar, defender, e tomar posição contra ações violentas que ceifam vidas é também função social do Museu [...]. O conteúdo da exposição busca sensibilizar as pessoas que ainda não foram tocadas por esta problemática, pois grande parte da sociedade ainda percebe a violência como algo muito distante de si e dos seus. Assim, o MAFRO conclama a sociedade para refletir sobre a dor da perda de um (a) filho (a) na mais tenra idade. [...] [e] implementa ações que contribuem para a construção de um futuro onde todas as pessoas possam ter seus direitos respeitados, sobretudo, o direito de viver (Trechos do texto de abertura da exposição, 2015)

Os outros dois textos da abertura tratam dos movimentos sociais que auxiliaram a exposição. Um deles apresentou a Anistia Internacional como um movimento global, em compromisso com “a justiça, a igualdade e a liberdade”. Outro apresenta a “Reaja ou será mort@”, que na ocasião da exposição estava completando dez anos. Graça Teixeira frisou que a exposição não foi sobre o Reaja, mas aponta a importância de suas ações e consta no final do texto da exposição “OBRIGADO Reaja, pelos 10 anos de existência e resistência. Vida Longa! MAFRO/UFBA” (trecho do texto de abertura sobre o Reaja).

Entre os módulos, foram utilizados trechos de músicas que tratam de questões raciais e questionam problemas sociais. Os trechos da música “Haiti”, do Caetano Veloso aparece representando a violência⁷¹. Na música de Seu Jorge, Marcelo Yuka e Wilson Capellette, “A

racismo é algo impregnado na esquerda, na direita, nos Estados Unidos, em Cuba, no Japão ou qualquer outra parte do planeta. É algo que faz parte de um sistema secular que iniciou seu projeto muito antes da escravidão nas Américas e um dos sustentáculos da nossa sociedade” (PESTANA, 2000, p.1)

⁷¹ “Quando você for convidado para subir no adro/ Da fundação casa de Jorge Amado/ Para ver do alto a fila de soldados, quase todos pretos/ Dando porrada na nuca de malandros pretos [...] E não importa de os olhos do

carne”, é utilizado o trecho, um protesto que expõe a situação d@ negr@, “a carne mais barata do mercado é a carne negra” seguida do trecho “Brigar sutilmente por respeito/ Brigar bravamente por respeito/ Brigar por justiça e por respeito” apresenta uma forma de resistência. Outra música utilizada é “Pra Onde Vai?” de Gabriel O Pensador, diante o trecho “Mais uma vida jogada fora” seguem-se perguntas “E agora?” finalizando, que é repetida em outras partes da exposição como uma ponte entre o presente problema e a busca por soluções (Fig. 3).

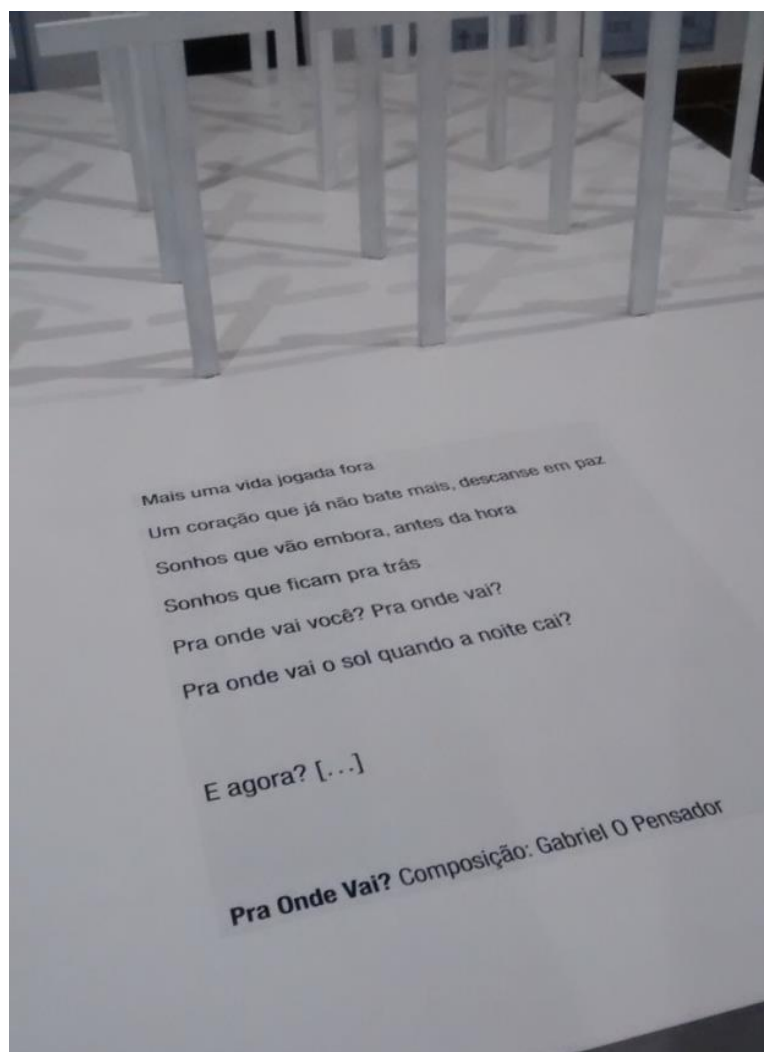


Fig. 3 - Trecho da música “Pra onde vai?” no módulo das cruzes. Foto:Joseania Miranda Freitas, 2015.

A instalação de Alex Igbó intitulada “Fios negros”, se utilizou de objetos que estão presentes no cotidiano (Fig. 4). Elementos que se tornaram parte da paisagem urbana e contem múltiplas interpretações, na instalação são apresentados como forma de protesto:

mundo inteiro/ possam estar por um momento voltados para o largo” (Trechos da música “Haiti”, Caetano Veloso, presentes na exposição)

se apropria de signos urbanos para trazer a reflexão sobre o extermínio da população negra. Os fios negros constroem encruzilhadas, caminhos, lugares e certezas. As vontades, os desejos, os futuros, os quereres conduzem essa linha tênue percorrida dia após dia, sem saber do seu extermínio, sem saber do seu corte. Não somente o corte carnal, mas também, os cortes simbólicos, meticulosamente construídos ao longo dos séculos e da insistente violência colonialista, que interrompe vidas marcadas pela cor negra, em suas várias formas de genocídio. (texto de apresentação da instalação, Alex Igbó, 2015)



Fig. 4- Instalação de Alex Igbó. Foto: Joseania Miranda Freitas, 2015.

Outra instalação fez referência ao encarceramento dos jovens, atrás de grades feitas de inox, encontrava-se um grafite representando um jovem, arte realizada em madeirite por Samuca Santos. De acordo com Graça Teixeira, a intenção era “discutir as diversas formas de genocídio, inclusive a PEC da maioridade penal” ⁷², este último representado pela frase “21 por 16 é mais uma forma de genocídio” (Fig. 5). Dentro da cela havia dizeres e vontades do jovem que muitas vezes é apontado como bandido pela sociedade.

⁷² Trechos retirados da entrevista com Maria das Graças de Souza Teixeira, diretora do MAFRO, concedida em 27 set. 2016.



Fig. 5- Instalação com o grafite de Samuca Santos.Foto: Joseania Miranda Freitas, 2015.

A diretora apontou que inicialmente eles iriam fazer um recorte para tratar da morte dos jovens na Bahia, no entanto após as pesquisas foi verificado um expressivo número a nível nacional⁷³. Os jovens que perderam suas vidas foram representados com seus nomes, datas de nascimento e morte em listas com o formato de lápides. Os nomes que aparecem vão desde a chacina da Candelária ao Cabula, entre os nomes tinha uma faixa preta com a palavra “PAZ” (Fig. 6). Na base havia cruzeiras brancas e à frente um lençol manchado como se fosse sangue, que também foi utilizado na intervenção “Réquiem aos meninos negros” feita no ano anterior (Fig. 7).

⁷³ “Foi feito um levantamento de dados, mapa da violência, jornais, depoimento do pessoal da REAJA (Hamilton Borges e Andrea Beatriz que são os dois no comando da campanha). Fizemos um levantamento de muita coisa, inicialmente era só o Cabula e nas reuniões com os estudantes foi discutido a necessidade de se apresentar outros ocorridos, diante o tamanho de dados que foram coletados já que tem que denunciar tem que mostrar que não é algo só na Bahia, tornou um rumo nacional”. Entrevista com Maria das Graças de Souza Teixeira, diretora do MAFRO, concedida em 27 set. 2016.



Fig. 6- Instalação com os nomes dos jovens mortos.Foto: Joseania Miranda Freitas, 2015.



Fig.7- Instalação sobre a morte d@s jovens negr@s. Foto: Joseania Miranda Freitas, 2015.

Além de ser espaço de conflitos, os museus têm potencial para provocar reflexões. A tratar da exposição, Graça Teixeira afirma que “o museu é o lugar de denúncia, mas também é lugar dos sonhos”⁷⁴. Essa definição traduz a passagem para o último módulo da exposição. Este se inicia com a frase de Martin Luther King “eu tenho um sonho dos meus filhos serem julgados não pela sua cor, mas pelo seu caráter” seguido da frase “E agora?” referência ao trecho da música “Pra Onde Vai?”.

Logo aparecem as figuras de três jovens segurando (ou também escrevendo) um fio que liga a uma pipa, o fio é formado pela frase “Ainda acredito num futuro livre e com direito a...” (Fig. 8). No final estava uma pipa, Graça Teixeira diz que eles utilizaram as cores da África e como “rabiola” havia as palavras “Moradia, Afeto, segurança, saúde, educação, respeito,

⁷⁴ Trechos retirados da entrevista com Maria das Graças de Souza Teixeira, diretora do MAFRO, concedida em 27 set. 2016.

cuidado e viver” (Fig. 9), direitos considerados básicos para o ser humano, mas que não se efetivam integralmente na realidade de muitos jovens negros.

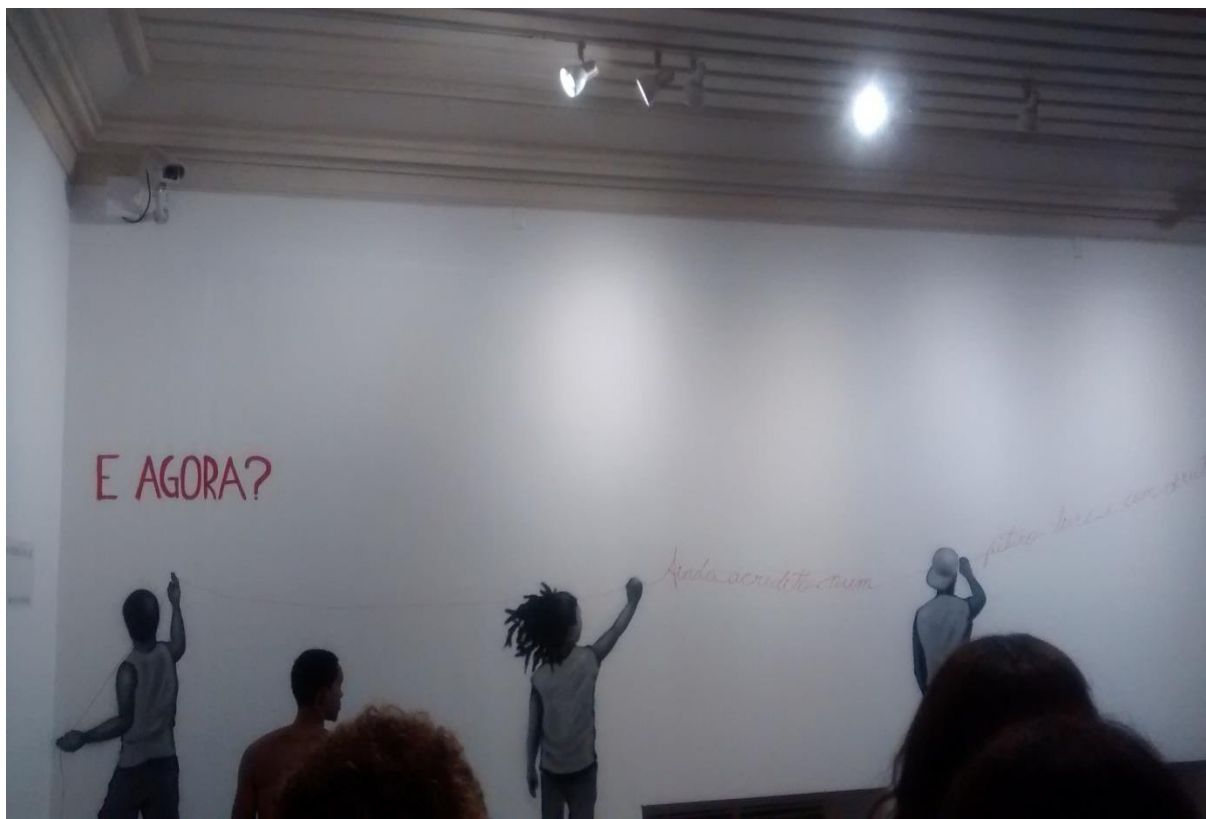


Fig. 8- Grafite de Samuca Santos. Foto: Joseania Miranda Freitas, 2015.



Fig. 9 - Instalação com a pipa. Foto: Joseania Miranda Freitas, 2015.

De acordo com Graça Teixeira, importante foi perceber o retorno do público. Para tal foi deixado uma caixa com materiais para que o público escrevesse e fitas para amarrar os papéis na grade (Fig. 10). Segundo a diretora, “dentre as respostas teve de policiais que falaram que não ‘era bem assim’, com relação às mortes e evangélicos disseram que não tinha nada de Jesus, foi explicado que não havia nada sobre religião”. Mas de forma geral, a comunidade deu um retorno positivo, diante das centenas de respostas, a diretora aponta que posteriormente será feito um trabalho com relação às respostas deixadas pela comunidade (Fig. 11).



Fig. 10- Espaço para deixar as impressões sobre a exposição. Foto: Joseania Miranda Freitas, 2015.



Fig. 11 - Algumas respostas do público. Foto: Joseania Miranda Freitas, 2015.

A exposição pôde demonstrar que os museus também abrigam o hoje não necessariamente apenas a representação do passado. Abordar além do passado, pensar no contexto contemporâneo como foi o caso da exposição, possibilita discussões sobre os problemas presentes “suponho que se engana quem pensa que existe uma única possibilidade de memória e que essa possibilidade única implicaria a repetição do passado e do já produzido” (CHAGAS, 2011, p. 14). Esse cotidiano pode ser percebido no tema assim como na utilização de elementos do cotidiano como o grafite, uma manifestação presente na paisagem urbana e a instalação com os calçados que possibilitam uma identificação com o ambiente.

Assim como o tema da exposição no museu foi adequada devido às demandas sociais, a Museologia Social é “um movimento que tem vindo a procurar a adequar as suas práticas à mudança social, procurando ajustar as suas práticas e formas organizacionais aos movimentos sociais” (LEITE, 2015, p.11) incluindo outros agentes e objetos “por vários espaços sociais

em relação com outros processos [e] transforma-se num serviço prestado à comunidade” (p.11). Representar um tema que remete à memória, de um evento doloroso também é papel do museu a serviço da comunidade, a fim de ser discutido como um problema recorrente buscando-se de refletir sobre soluções e evitar que eventos como o genocídio se repita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Museologia Social possui diversas abordagens, não há um método fechado. Seu desenvolvimento se faz por meio de princípios de atuação que dizem respeito à busca pela igualdade e são contra qualquer forma de injustiça. Não é uma prática que exclui outras teorias podendo ser implantado por instituições independente de sua tipologia.

Tratando-se de um panorama nacional, verificou-se uma resistência em aderir às novas práticas da Museologia nos anos 1970 e 80. Tanto por questões de comunicação (como relatado, a Carta de Santiago do Chile só chegou a ser discutida no Brasil dez anos depois) como pelo desejo das instituições de permanência de alguns discursos e “eternidade” dos patrimônios. Podemos visualizar a nível estadual, em Sergipe, que as discussões ainda estão se difundindo no campo teórico, mas pouco se difundiu com relação às práticas.

Podemos observar que essas mudanças trazem novas concepções no espaço museológico e museal que deixa de ser um caminho de mão única no sentido de apenas oferecer seu conteúdo. Pois, essa visão restringe a instituição a abrir as portas com o produto final e deixa de ser atraente para o público. Como vimos é possível e importante a construção em conjunto.

Os museus são múltiplos e devem seguir essa diversidade nos processos de construções das atividades, ações, exposições. O reconhecimento da diversidade permite aos museus dialogar com outras frentes, se tornando flexíveis e estratégicos, sendo necessário pensar em seu contexto, sua função, a comunidade na qual está inserido e quais suas demandas para que não seja uma instituição de divisões. A Museologia Social não se apresenta como solução para todos os problemas encontrados na sociedade, mas suas ações têm potencial para provocar reflexões e mudanças.

O genocídio contra a população negra ainda que não julgado como crime, nos atinge em diferentes esferas. Seguimos como defendem os movimentos negros, que essas diversas ações se configuram como genocídio ao afetar um grupo étnico racial específico, ferindo nossos direitos básicos e o direito essencial que é a vida. Na maioria das vezes, repercute nos discursos museais de forma naturalizada e, portanto, por não haver o reconhecimento não há um enfrentamento. Nosso trabalho, portanto, vem como uma afirmação dessa problemática verifica que são possíveis ações museais a fim de tornar esses espaços, instituições de resistência, luta e transformação. Apesar do objeto de estudo deste trabalho ser as práticas da

museologia social, verificou-se a necessidade de se tratar e afirmar a ocorrência do genocídio contra @s negr@s. Sendo um tema potencial para ser explorado, além de uma ação temporária como foi a exposição do MAFRO/UFBA.

A partir do princípio de combate ao preconceito e luta pela igualdade e tendo a Museologia Social como uma forma libertária, procuramos relacioná-la com os direitos humanos e o genocídio. No estudo de caso da exposição, apontamos uma ação em resposta a necessidade de visibilidade de um problema da nossa sociedade e que dialoga com os movimentos de um novo viés da Museologia, não apenas de forma teórica.

A memória, mesmo de eventos dolorosos, torna-se uma ferramenta no sentido de transformações e inclusões. No entanto, seu tratamento deve ter em vista uma narrativa que atenda a essa demanda. Por exemplo, a representação do período de escravidão comumente se faz por meio de objetos de torturas, partindo da visão do homem branco, associando @s negr@s ao sofrimento e exotificação e inferiorização. Todavia, quando utilizamos essas memórias em um processo de construção conjunto, por meio das novas práticas museais, podemos contribuir para combater as práticas que ferem os direitos humanos, por meio de reflexões e conscientização. Que este trabalho para além de discussões na área teórica, se torne um incentivo para transformações efetivas, assim como as exposições promovidas pelo MAFRO e outros museus.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Magali da Silva. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 34, v. 12, p. 131- 154, 2014.
- ALMEIDA, Maria Mota. Mudanças sociais, mudanças museais, Nova Museologia/Nova História - Que relação? *Cadernos de Museologia*, n. 5, 1996, p.99-118.
- ALMEIDA, Suely Souza de. *Violência Urbana e Constituição de Novos Sujeitos Políticos: um desafio à intervenção social*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Filosofia e Ciências Humanas Escola de Serviço Social, 1998.
- ANICO, Marta. A pós-modernização da cultura: patrimônio e museus na contemporaneidade. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, 2005, p. 71-86.
- AZEVEDO, Lena. *Chacina do Cabula: 1 ano, 12 mortos e 1 sentença de absolvição*. Disponível em: <http://www.carosamigos.com.br/index.php/artigos-e-debates/5973-chacina-do-cabula-1-ano-12-mortos-e-sentenca-de-absolvicao> Acesso em: 16 set. 2016.
- BARBOSA, Frederico. Direitos humanos, patrimônio cultural e políticas públicas. In: CUREAU, Sandra; SOARES, Inês Virgínia Prado (Orgs.). *Bens culturais e direitos humanos*. São Paulo: SESC, 2015.
- BRASIL, *Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009 – Institui o Estatuto de Museus*.
- BRASILIENSE, Danielle Ramos. As marcas de criminalização do menor nas narrativas da imprensa. *Ciberlegenda* (UFF), vol. 9, 2007.
- BRASILIENSE, Danielle Ramos; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. “A matança dos inocentes”: questões de memória e narrativa jornalística. *Revista UNISINOS*, vol. 1, 2006.
- BENTO, Maria Aparecida Silva; BEGHIN, Nathalie. *Juventude negra e exclusão radical*. Ensaios. Políticas sociais – acompanhamento e análise. Ipea, 11 ago. 2005.
- BRITTO, Clovis Carvalho. Mulheres a ferro e fogo: reflexões sobre a musealização do cangaço. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 29, no 57, 2016, p. 49-66.
- BONIN Anamaria Aimoré; KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. Para pensar os museus, ou ‘Quem deve controlar a representação do significado dos outros?’ *MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia*, n. 3, 2007, p. 117-128.
- BUGARIB, Pedro Wilson. O crime de genocídio. *Revista Juris da Faculdade de Direito*, São Paulo, v.2, jul/dez. 2009, p. 88-93.
- CAMPOS, Paula Drumond Rangel. O crime internacional de genocídio: uma análise da efetividade da convenção de 1948 no direito internacional. *Revista Eletrônica de Direito Internacional*, v. 1, 2007, p. 638-692.

CAMPOS, André Gambier; PHINTENER, Marcelo de Jesus. Tempos sociais de jovens no Brasil urbano. In: BOTELHO, Rosana Ulhôa; SILVA, Enid Rocha Andrade da (Org). *Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2016, p.123-149.

CANABARRO, Ivo. Entre memória e esquecimento: quando os Direitos Humanos são desconsiderados. In: BEDIN, Gilmar Antonio (Org.). *Cidadania, direitos humanos e equidade*. Ijuí: Ed.Uniui, 2012, p.99-129.

CARDOSO, Pedro Manoel. O que é a Museologia? *Cadernos do CEOM*, ano 27, n. 41, 2014, p. 115-152.

CERQUEIRA, Daniel R. C.; MOURA, Rodrigo Leandro de. *Vidas perdidas e racismo no Brasil*. Brasília: IPEA, 2013. (Nota Técnica n. 10).

CHAGAS, Mário de Souza. *Diversidade museal e movimentos sociais*. In: NASCIMENTO JÚNIOR, José do; CHAGAS, Mario. *Ibermuseus2: reflexões e comunicações*. 2ª ed. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Museus, 2010.

_____. Museus, memórias e movimentos sociais. *Cadernos de Sociomuseologia*, n.41, 2011, p. 5-16.

CHAGAS, Mário; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A linguagem de poder dos museus. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (Orgs). *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Brasília: IPHAN/DEMU, Coleção Museu, Memória e Cidadania, 2007, p. 12-19.

CHAGAS, Mario; SANTOS, P. A.; GLAS, T. Museologia social em movimento. *Cadernos do CEOM (Unochapecó)*, Ano 27, v. 41, 2014, p. 429-436.

CHAGAS, Mario; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). *Cadernos do CEOM (Unochapecó)*, Ano 27, v. 41, 2014, p. 9-22.

CLARK, Giovani. Genocídio Econômico. *Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região*, v. 16, n. 1, jan. 2004, p. 38-42.

CORBUCCI, Paulo Roberto. Desigualdades no acesso dos jovens brasileiros à educação superior. In: BOTELHO, Rosana Ulhôa; SILVA, Enid Rocha Andrade da (Orgs). *Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2016, p.153-176.

COURTIS, Christian. Direitos culturais como direitos humanos: conceitos. In: CUREAU, Sandra; SOARES, Inês Virgínia Prado (Orgs.). *Bens culturais e direitos humanos*. São Paulo: SESC, 2015.

CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da; FREITAS, Joseania Miranda. Reflexões sobre a exposição temporária do MAFRO/UFBA - Exu: outras faces. *Revista Museologia e Patrimônio*, vol. 7, nº 1, 2014, p. 191-206.

CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. *Teatro de memórias, palco de esquecimentos: Culturas africanas e diásporas negras em exposições*. Tese (Doutorado em História), PUC-SP, São Paulo, 2006.

_____. *Memórias e estigmas: museus e a objetivação do corpo negro em exposições*. 1º Congresso Nacional do Patrimônio Histórico (CONAPHI), 2016.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Direitos Humanos no Brasil: uma conquista difícil*. Cinquenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, nº 11, São Paulo, 1998, p.33-51.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 5ª Ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade de Brasília, 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 3 ed.rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

GALAS, Dora Maria dos Santos. *O Som do Silêncio: Ecos e Rastros Documentais de Vinte e Seis Esculturas Afro da Coleção Estácio de Lima*. Dissertação (Mestrado em Museologia), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

GAMA, Elizabeth Castelano. O Museu Afro-Brasil (SP) como lugar de memória e salvaguarda do patrimônio cultural para o povo-de-santo: narrativas institucionais sobre o Candomblé. *Anais do XVI Encontro regional de história da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas*, 2014.

GONZALES, Lélia; HASENBATG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GREGORI, José. *Os cinqüentas anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos*, nº 11, São Paulo, 1998, p.23-31.

LEITE, Pedro Pereira. *Museologia, Desenvolvimento e Direitos Humanos: Campos emergentes da investigação ação na globalização*. VI Encontro de museus de Países e comunidade de língua portuguesa, 2013.

LEITE, Pedro Pereira. *A Museologia Social e os movimentos sociais no Brasil*. Centro de Estudos Sociais Universidade de Coimbra, Lisboa 2015.

LEITE, Pedro Pereira. *Museologia e Inovação Social Atas do Encontro de Patrimonialização e sustentabilidade do Patrimônio*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, UNL, Lisboa, 2015(b).

LIMA, Laura Gonçalves de. Estado democrático das chacinas: o legado militar e o esquecimento no Brasil redemocratizado. *Pós*, vol. 13, 2014, p. 89-116.

LODY, Raul. *O negro no museu brasileiro: construindo identidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MADERS, Angelita Maria. O acesso à justiça e a proteção dos direitos humanos no Brasil. In: BEDIN, Gilmar Antonio (Org.). *Cidadania, direitos humanos e equidade*. Ijuí: Ed.Uniuiú, 2012 p. 199-225.

MACHADO, Lisandra Maria Rodrigues; ZUBARAN, Maria Angélica. O que se expõe e o que se ensina: representações do negro nos museus do rio grande do sul. *Momento*, v. 22, n. 1, jan./jun.2013, p. 91-122.

MARCOVITCH, Jacques. Direitos Humanos e cidadania negra. *Cinquenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos*, nº 11, São Paulo, 1998, p.71-76.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. *Direitos Humanos e Direitos Culturais*, 2007. Disponível em: <http://www.direitoecultura.com.br/wp-content/uploads/Direitos-Humanos-e-Direitos-Culturais-Bernardo-Novais-da-Mata-Machado.pdf> Acesso: 16 set. 2016.

MATIJASCIC, Milko e SILVA, Tatiana Dias. Jovens negros: panorama da situação social no Brasil segundo indicadores selecionados entre 1992 e 2012. In: BOTELHO, Rosana Ulhôa; SILVA, Enid Rocha Andrade da (Orgs.). *Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2016, p. 269-292.

MATOS, Thiara Cerqueira. *Correspondências pessoais ajudam a criar instituições: Pierre Verger, o museu afro-brasileiro e sua rede de colaboradores (1972-1976)*. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

MELO, Letícia. *Chacina do Cabula, neocolonialismo e o genocídio da juventude negra*, 2015. Disponível em: <http://leticiammelo.jusbrasil.com.br/artigos/178786682/chacina-do-cabula-neocolonialismo-e-o-genocidio-da-juventude-negra> Acesso em: 16 set. 2016.

MESQUITA NETO, Paulo de; PINHEIRO, Paulo Sérgio. Direitos Humanos no Brasil: perspectivas no final do século. *Cinquenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos*, nº 11, São Paulo, 1998, p.53-69.

MINIUCI, Geraldo. O genocídio e o crime de genocídio. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, mar.2010.

Missiva de Nazaré - MEMÓRIA ACESA. XVII Conferência Internacional do MINOM. Amazônia/ Brasil, 2016. Disponível em: <http://www.minom-iom.net/noticias/missiva-nazare-memoria-acessa-pt-en> Acesso em: 13 set. 2016.

MOTA, Fábio Reis. O estado: direitos, poder e conflitos no processo de produção da identidade “quilombola” da Marambaia. In: LIMA, Roberto Kant de (Org.). *Antropologia e direitos humanos*. Niterói: EdUFF, 2001, p.133-183.

MOUTINHO, Mário. Definição Evolutiva de Sociomuseologia: proposta de reflexão. *Cadernos do CEOM (Unochapecó)*, Ano 27, n. 41, 2014, p. 423-427.

Museu Afro-Brasil. *Plano museológico, Museu Afro- Brasil*, dez.2011. Disponível em <http://www.museuafrobrasil.org.br/institucional> Acesso em: 20 ago. 2016.

NEVES, Kátia Regina Felipini. *A potencialidade dos lugares da memória sob uma perspectiva museológica processual: um estudo de caso. O memorial da resistência de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Museologia), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2011.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. *Análise Social*, vol. XXV, 1990, p. 139-165.

PERES, Leonardo Augusto. *O genocídio como problema internacional contemporâneo: um estudo do caso sudanês*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

PORCHAT, Maria Elisa. *A palavra chacina*. Disponível em: <https://mariaelisaporchat.com/2013/05/07/a-palavra-chacina> Acesso 03 out. 2016.

PRIMO, Judite Santos. Pensar contemporaneamente a museologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 16, 1999, p. 5-38.

REZENDE, Viviane de Melo. Injustiça social e literatura popular brasileira: uma análise discursiva do folheto de cordel meninos de rua e a chacina da Candelária. *Letras & Letras*, Uberlândia, 2006, p.205-224.

ROCHA, Lula. *Juventude negra frente ao processo de genocídio do povo negro brasileiro*. In: *Juventudes negras do Brasil trajetórias e lutas*, 2012, p. 100-104.

SANSI-ROCA, Roger. De armas do fetichismo a patrimônio cultural: as transformações do valor museográfico do candomblé em Salvador da Bahia no século XX. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (Orgs). *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Brasília: IPHAN/DEMU, 2007, p.95-112.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. Reflexões sobre a Nova Museologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, n. ° 18, 2002, p. 87-132.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Canibalismo da memória: o negro nos museus brasileiros. *Revista do Patrimônio*. Brasília, n.31, IPHAN, 2005, p.36-57.

_____. Entre o tronco e os Atabaques: raça e memória nacional. In: PEREIRA, Claudio; SANSONE, Livio (Orgs.). *Projeto da Unesco no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007, p.321-344.

SANTOS, Renato Emerson dos. *Sobre espacialidades das relações raciais: Raça, racialidade e racismo no espaço urbano*. In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). *Questões urbanas e racismo*. Petrópolis, RJ: DP; Brasília, DF: ABPN, 2012, p.36-68.

SCIFONI, Simone. *A construção do patrimônio natural*. Labur edições, São Paulo, 2008.

SILVA, Joana Angélica Flores. *A Representação das Mulheres Negras nos Museus de Salvador: uma análise em branco e preto*. Dissertação (Mestrado em Museologia), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SILVA, Nelson Fernando Inocencio da. *Museu Afro-Brasil no contexto da diáspora: dimensões contra-hegemônicas das artes e culturas negras*. Tese (Doutorado em Arte), Universidade de Brasília. Brasília, 2013.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *Mana*, vol.12, n.1, 2006, p.237-248.

VIEIRA, Gustavo José Correia. Breves notas sobre a concepção de etnocídio e seu contexto como violação de direitos humanos. *Lex Humana*, v. 3, n. 1, 2011, p. 36-49.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2014: os jovens no Brasil*. Instituto Sangari. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2014.

Sites

Texto sobre o Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/gpn/default.php?p_secao=158 Acesso em: 19 ago. 2016.

Texto sobre a exposição “ancestralidade em tramas da pele” https://www.agenda.ufba.br/?tribe_events=exposicao-imagens-da-ancestralidade-em-tramas-da-pele Acesso em: 16 ago. 2016.

Informações sobre a campanha “Reaja ou será mort@” <http://reajanasruas.blogspot.com.br/p/quem-somos.html> Acesso em: 28 set. 2016.

Informações sobre a Anistia Internacional <https://anistia.org.br/conheca-a-anistia/quem-somos> Acesso em: 28 set. 2016.

Vídeos

Programa Arte & Cultura: Museologia Social (Entrevista com Mário Chagas). FASE TV, 39 minutos, 2015. Disponível em: http://youtube.br/HQD_Yc6uZuo Acesso em: 29 ago. 2016.

Entrevista com Hamilton Borges do REAJA, programa “espelho” publicado em 20 de novembro de 2015 Disponível em: <HTTPS://youtu.be/TMGqlrsQ9QA> Acesso em: 27 set. 2016.

Entrevista com Hamilton Borges e Andreia Beatriz, programa “das lutas” publicado em 19 mar. 2014. Disponível em: <HTTPS://youtu.be/xOgnNutKZcQ> Acesso em: 28 jun. 2016.